

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA**

Henrique Coelho Kawamura

Ciclos Políticos nos Municípios Brasileiros

Maringá - 2010

Henrique Coelho Kawamura

Ciclos Políticos nos Municípios Brasileiros

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Ciências econômicas da Universidade Estadual de Maringá como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em economia.

Orientador: Prof^a Dr Marina Silva Cunha

Maringá - 2010

Agradecimentos

Esta dissertação representa o término de um processo de aprendizado e também um recomeço para uma nova fase que, com todo aprendizado, poderei contribuir para o desenvolvimento da ciência econômica. No entanto, não poderia deixar de agradecer algumas pessoas que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste estudo.

Agradeço primeiramente aos meus pais que me possibilitaram a realização de minha formação pessoal e profissional, e também à CAPES pelo apoio financeiro concedido durante o mestrado.

À Prof^a Dr^a Marina Silva Cunha por sua dedicação e orientação depositados nesse estudo.

Aos professores Dr. Amália Godoy, Dr. Maria Helena A. Dias e Dr. Ana Paula M. Pereira por suas valiosas contribuições para essa dissertação.

A Denise por sua dedicação nos andamentos burocráticos do mestrado.

Ao prof Dr Sérgio Naruhiko Sakurai pela disponibilização de alguns dados para completar a base de dados utilizada nessa dissertação.

Aos Professores que contribuíram para o embasamento teórico e prático.

A todos os meus amigos que estiveram ao meu lado nas horas difíceis, em especial ao meu amigo Bruno, Nelito e Alysson pelo companheirismo durante esses dois anos. Ao meu amigo Carlos, que mesmo distante, sempre me apoiou.

Deixo aqui meus sinceros agradecimentos.

“ Para conhecermos os amigos é necessário passar pelo sucesso e pela desgraça. No sucesso, verificamos a quantidade e, na desgraça, a qualidade.”

Confúcio

Come senators, congressmen
Please heed the call
Don't stand in the doorway
Don't block up the hall
For he that gets hurt
Will be he who has stalled
There's a battle outside and its ragin'.
Will soon shake your windows
And rattle your walls
For the times they are a-changin'.

Bob Dylan (1964)

RESUMO

Este estudo teve como objetivo verificar se no Brasil, de fato, existe um oportunismo por parte dos políticos, caracterizando assim o chamado ciclo político. Para isso utilizou-se cinco componentes das despesas municipais para observar a ocorrência de impulsos positivos no ano eleitoral. Utilizou-se também de variáveis políticas como a Lei de Responsabilidade Fiscal e Emenda de Reeleição, bem como os partidos políticos. Para se chegar ao objetivo proposto a metodologia mais adequada, após a revisão dos principais estudos teóricos e empíricos do tema, foi a utilização de modelos de regressão para dados em painel, o quais compreenderam cinco eleições em 3414 municípios, de 1992 até 2008. Os resultados indicam forte oportunismo nas despesas municipais em ano eleitoral. Também indicam que a Emenda de Reeleição colaborou para um aumento nas despesas a fim de se conseguir se reeleger, apesar da Lei de Responsabilidade Fiscal tentar diminuir tais gastos. Para os partidos políticos observa-se que há diferenças em suas administrações segundo suas orientações ideológicas.

Palavras-chave: Eleições, Ciclos Políticos, Dados em Painel

ABSTRACT

This study aimed to verify whether in Brazil, in fact, there is opportunism by politicians, characterizing the so-called political cycle. For this we used the five components of municipal expenditures to observe the occurrence of positive impulses in the election year. We also used the political variables such as the Fiscal Responsibility Law (LRF) and Amendment to Re-election (ER) and political parties. To reach the goal proposed the most suitable after a review of major theoretical and practical issue was the use of econometrics of panel data in five election including 3414 municipal elections, 1992-2008. The results indicate strong opportunism in municipal expenditure in an election year. They also indicate that the Amendment's Re-election contributed to an increase in expenses in order to achieve re-election, despite the Fiscal Responsibility Law trying to reduce such expenses. For political parties it is observed that there are differences in their administrations according to their ideological orientations.

Keywords: Elections, Political Cycle, Panel data

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Ciclos Políticos para as Despesas orçamentárias (<i>Desp/Orç</i>), Brasil, 1992-2008	37
Tabela 2 – Testes Randômicos, Correlação Serial e Heterocedasticidade	38
Tabela 3 – Ciclos Políticos nos municípios brasileiros por ano pré-eleitoral, eleitoral e pós-eleitoral	40
Tabela 4 – Ciclos Políticos por grupos de anos	46

Lista de Figuras

Figure 1 .Estimativas dos coeficientes associados à variável ano, Brasil, 1992-2008.	42
Figure 2 -Estimativas dos coeficientes associados à variável ano, Brasil, 1992-2008.	48

Lista de Quadros

Quadro 1 – Classificação dos modelos dos ciclos políticos	21
---	----

Lista de Gráficos

Gráfico 1 - Média das Despesas Orçamentárias por partido 1992-2008.....	57
Gráfico 2 – Média das Despesas Correntes por Partido 1992-2008.....	57
Gráfico 3– Média das Despesas de Pessoal por Partido 1992-2008.....	58
Gráfico 4 – Média das Despesas de Capital por Partido 1992-2008.....	58
Gráfico 5 – Média das Despesas de Investimento por Partido 1992-2008.....	59
Gráfico 6 – Média das Receitas Tributárias por Partido 1992-2008.....	59
Gráfico 7 – Média das Receitas de Transferências Correntes por Partido 1992-2008.....	60

SUMÁRIO

Lista de Tabelas	i
Lista de Figuras	ii
Lista de Quadros.....	iii
Lista de Gráficos	iv
INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO I.....	16
1. OS CICLOS POLÍTICOS: TEORIA E APLICAÇÃO	16
1.1 Ciclos Políticos (<i>Political Business Cycle</i>).....	16
1.2 Modelo dos Ciclos Políticos Racionais	18
1.3 O Modelo Partidário	19
1.4 Modelo Partidário Racional.....	20
1.5 Algumas críticas aos modelos teóricos.....	21
2. Evidências e controvérsias empíricas	22
CAPÍTULO II.....	29
2. METODOLOGIA.....	29
2.1 Base de dados	29
2.2 Modelo Econométrico de Dados em Painel: efeito fixo e randômico	30
2.3 Modelo empírico.....	32
CAPÍTULO III	36
3. EVIDÊNCIAS DE CICLOS POLÍTICOS NOS MUNICÍPIOS	
BRASILEIROS.....	36
3.1 Análise dos resultados	36
3.2 Modelo com binárias para ano pré-eleitoral, ano-eleitoral e pós-eleitoral	39
3.3 Modelo com binárias para grupos de anos pré-eleitoral, ano-eleitoral e pós-eleitoral	45
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	50

Aos meus pais

INTRODUÇÃO

Os ciclos econômicos, tradicionalmente, têm sido explicados pelas flutuações causadas por choques aleatórios e instabilidade estrutural da economia. Dessa forma, a economia se move de maneira cíclica, isto é, cada expansão é seguida de uma recessão.

Uma abordagem alternativa dos ciclos é considerá-los como sendo politicamente determinados. Assim, umas das principais causas desses movimentos são as motivações políticas. Seminalmente, formulada por Nordhaus (1975), a teoria dos ciclos políticos (*The Political Business Cycle, PBC*) assume que os políticos, uma vez no poder, querem sempre permanecer no poder, fato esse, já abordado por Downs (1957), segundo o qual os partidos políticos não objetivam o sucesso eleitoral a fim de fazer políticas públicas, mas sim formular tais políticas para ganhar eleições.

A partir desses trabalhos, vários modelos têm sido desenvolvidos para descrever esse fenômeno. Tais modelos são genericamente divididos em dois grupos: modelo oportunista e modelo partidário. No primeiro modelo o político maximiza sua popularidade e sua probabilidade de ser reeleito, assumindo, assim, ser sua única preocupação a fim de ganhos nas eleições. De acordo com Nordhaus (1975), o caminho mais fácil seria fazer mudanças na curva de Phillips, em que há um *Trade-off* entre desemprego e inflação. Os eleitores formam suas expectativas no comportamento comum do partido político, isto é, baseando-se no comportamento passado. Desse modo, essas expectativas são comparadas com o comportamento e a performance do partido do governo atual para então decidir em quem votar.

Nos modelos partidários, há uma convergência de políticas e prioridade por parte dos partidos para um determinado grupo de eleitores. A sugestão dessa divisão de políticas apoiada na ideologia partidária foi feita por Alesina e Roubini (1992).

Conforme esses autores, os partidos de esquerda são mais preocupados em resolver os problemas de desemprego e os de direita as questões inflacionárias.

O desenvolvimento de tais teorias vem, através dos anos, se modificando podendo assim classificá-los em fases: a primeira com Nordhaus (1975), Lindbeck (1976) e MacRae (1977) no modelo oportunista; em seguida com Hibbs (1977) com ciclos partidários; depois Cukierman e Meltzer (1986), Rogoff e Sibert (1988), Rogoff (1990) e Persson e Tabellini (1990) com os Ciclos Políticos Racionais; e ao mesmo tempo Alesina (1987) desenvolve a Teoria Partidária Racional.

A evidência de ciclos encontrados por diversos autores (Sakurai e Gremaud, 2005; Sakurai, 2005; Borsani, 2001; Veiga e Veiga, 2007), se dá por impulsos positivos nas despesas municipais em ano eleitoral.

Segundo a teoria oportunista, os políticos tendem a “enganar” o eleitor para obter um bom resultado nas eleições. Desse modo, como evidência encontrada por Veiga e Veiga (2007) para Portugal, os políticos alteram variáveis econômicas significativas em ano eleitoral como investimento, por ser um componente mais visível pelos eleitores, os políticos galgam o sucesso eleitoral por parecerem competentes aos olhos do eleitor.

Dessa forma, este estudo tem como objetivo verificar se os políticos são oportunistas utilizando dados de despesas municipais para verificar se em ano eleitoral há um maior gasto em tais despesas. Também tem como objetivo verificar se há diferenças nas administrações dependendo de qual partido está no poder. Foram utilizados cinco componentes das despesas municipais, para o período de 1992 até 2008.

A facilidade de se trabalhar com dados para o Brasil, é que seu sistema político se dá em períodos pré-definidos, o que permite a observação de oportunismo dos políticos. As eleições municipais acontecem em períodos de quatro anos sempre em outubro, bem como as eleições para deputados estaduais e federais; as presidenciais

e estaduais ocorrem em mesmo período, porém em ano diferente. Assim, os políticos podem convergir suas políticas mais intensamente nos anos próximos às eleições.

A distribuição do conteúdo desta dissertação tem a seguinte forma: no capítulo 1 são expostas as teorias principais dos ciclos políticos, bem como as evidências empíricas encontradas no Brasil e em diversos países; no capítulo 2, a metodologia utilizada para explicar os ciclos; em seguida, uma análise dos resultados obtidos e por último, as considerações finais.

CAPÍTULO I

1. OS CICLOS POLÍTICOS: TEORIA E APLICAÇÃO

1.1 Ciclos Políticos (*Political Business Cycle*)

Nordhaus (1975) surge com os ciclos políticos baseado, de um modo geral, na curva de Phillips, em que há um *trade-off* entre desemprego e inflação. A razão para isto é que uma baixa taxa de desemprego significa maior demanda em relação à força de trabalho. Devido a isso, os trabalhadores estão preparados para aceitar um aumento superior à média das taxas de salários. Além disso, o *trade-off* é maior no curto prazo que no longo prazo. O aumento da inflação leva a uma expectativa de inflação ainda maior no futuro. Assume-se que a inflação é uma política de controle do sistema econômico e que essa política é capaz de ser definida em qualquer nível desejado. Assim sendo, o problema é determinar qual o nível desejado. Pela Curva de Phillips, a economia é descrita de tal forma:

$$u_t = \bar{u} + \alpha u_{t-1} + \gamma(\pi_t - \pi_t^e) + \varepsilon_t \quad 0 < \alpha < 1, \gamma < 0$$

em que u é o desemprego, $\bar{u}/(1-\alpha)$ é o estado estável natural do nível do desemprego, π é a inflação, π^e a inflação esperada, ε é o choque aleatório com média zero, α e γ são parâmetros.

As decisões dos eleitores incluem a inflação e o desemprego em sua função preferência, e preferem as baixas taxas de inflação e desemprego do que as mais altas. A preocupação com a taxa de desemprego é evidente porque suas experiências estão muito ligadas com os movimentos cíclicos da economia. O aumento do desemprego

geralmente significa diminuição da renda de muitas famílias. Embora não pareça, têm também aversão à inflação, pois segundo Nordhaus (1975), a inflação causa problemas na balança de pagamentos, deixa a alocação de recursos ineficientes e introduz uma arbitrária redistribuição de renda.

Os eleitores são normalmente incapazes de decidir se o candidato é ou não o melhor em quem votar, por isso observa o passado para obter uma melhor escolha. Como os eleitores não têm uma ligação partidária-ideológica, esse conjunto de expectativas serve para guiá-los nas eleições.

Uma das principais hipóteses desse modelo se apóia no pressuposto de que os eleitores nada sabem sobre a estrutura da economia. Desse modo, há uma avaliação no passado do partido para decidir em quem votar. Assim, as expectativas sobre a inflação são adaptativas:

$$\pi_t^e = \pi_{t-1} + \lambda(\pi_{t-1}^e - \pi_{t-1}) \quad 0 < \lambda < 1$$

Nesse sentido, o político/partido faz suas políticas em relação à economia, e como seu objetivo é apenas permanecer no poder, eles manipulam variáveis econômicas para agradar seus eleitores e conseguir ganhos significativos nas eleições. Tais políticas são escolhidas, no curto prazo, pelo governo no poder, quando o novo mandato começa, os efeitos das políticas passadas, tal como manipular a inflação, são mascaradas com o uso de recessão (Alesina e Sachs, 1988).

1.2 Modelo dos Ciclos Políticos Racionais

Esse modelo surge com Rogoff e Sibert (1988) e, em seguida, Persson e Tabellini (1990). O ciclo é dividido em dois períodos em que o político define a inflação π_t para cada período $t = 1, 2$. Dada a inflação, o produto x_t é:

$$x_t = \pi_t - \pi_t^e + \mu_t$$

em que μ_t é a competência do político – entendida como uma habilidade do político para manter baixas as taxas de desemprego e de inflação. Diferentemente de Nordhaus (1975), as expectativas aqui são racionais:

$$\pi_t^e = E(\pi_t | I_{t-1})$$

onde I_{t-1} estão todas as informações necessárias para o eleitor, exceto a competência, implicando na assimetria de informação entre eleitor e candidato como salientou Alesina e Roubini (1992).

O candidato que está no período $t = 1$ – atual governo – é o que enfrentará a concorrência nas eleições antes do período 2. No entanto, para que o candidato tenha um incentivo para manipular a economia, x_1 deve ser visível para o eleitor desde que a inflação π_1 continue a ser observada até o começo do período 2. Tal competência dos partidos segue uma distribuição de probabilidade uniforme:

$$\mu^e = \begin{cases} \mu^H > 0 \\ \mu^L < 0 \end{cases}$$

em que μ^H tem uma probabilidade ρ e μ^L uma probabilidade $1-\rho$, sendo $0 < \rho < 1$. Nenhum dos dois – eleitor e candidato – observa a competência de um determinado candidato. A capacidade de o eleitor definir se x_1 reflete realmente sua competência depende de dois “equilíbrios”: o equilíbrio separado (*separating equilibrium*) e o equilíbrio serial (*pooling equilibrium*). No primeiro, o governo competente ou incompetente, escolhe diferentes níveis de x_1 no primeiro período. No segundo, ambos escolheriam o mesmo nível no período 1. No entanto, nesse modelo o eleitor é racional, tem expectativas futuras (*forward-looking*) e vota no candidato que maximize sua utilidade no período 2. Para o atual governo, a melhor política a se fazer reflete um *trade-off* entre alta probabilidade de se reeleger e um bem estar social reduzido pela geração de ciclos políticos. Isso acaba sendo importante para o governo considerar as conseqüências de uma manipulação na economia, se for excessivo, o governo pode não se reeleger e ainda ter sua reputação taxada como incompetente.

1.3 O Modelo Partidário

A abordagem dos ciclos políticos formulada por Hibbs (1977) também se baseia na curva de Phillips e considera os partidos políticos em diferentes pontos segundo suas políticas. O foco das políticas tem diferentes objetivos.

De acordo com Hibbs (1977), os partidos de esquerda procuram com suas políticas combater o desemprego, já os de direita a inflação. Existem também as diferenças entre os eleitores, sobretudo nas características sociais dos mesmos. Por exemplo, os partidos de direita convergem suas políticas para as classes mais altas da sociedade, por isso a preocupação com a inflação já que estes são mais

preocupados/engajados com as questões econômicas. Os de esquerda voltam suas políticas para classes mais baixas (Elkins, 2000; Carreirão e Barbeta, 2004; Rennó, 2006 e Kerbaudy, 2007).

O modelo partidário pressupõe que os eleitores sabem das diferenças entre os partidos e votam naqueles que estão mais próximos de suas preferências, ou seja, de acordo com sua suposta ideologia. Assim, o candidato pode direcionar suas políticas para uma parcela de eleitores específica (Alesina, Roubini e Cohen, 1997; Singer, 1998, Carreirão, 2002 e Carreirão, 2004).

1.4 Modelo Partidário Racional

Em 1987, Alesina sugere uma teoria partidária racional (*Rational Partisan Theory, RPT*), em que assume expectativas racionais para inflação¹. A visão de que diferentes partidos têm diferentes preferências está intrinsecamente no modelo partidário de Hibbs. Dessa forma, os partidos têm objetivos distintos.

A diferença com relação ao modelo de Nordhaus é que as expectativas não são formadas nas observações passadas ou na falta de informação do eleitor. Assim, a idéia básica é que dada a lentidão no ajustamento salarial, mudanças na taxa de inflação associadas a mudanças no governo criam um desvio temporário na atividade econômica a partir de seu nível natural. Assim, *i*) no início de governos de direita, o crescimento do produto está abaixo de seu nível natural e o desemprego está acima; *ii*) após essas expectativas, os preços e salários se ajustam, e o produto e desemprego retornam ao seu nível natural.

O quadro 1 resume as principais vertentes teórica dos ciclos políticos.

¹ Ver também Rogoff e Sibert (1988) e Rogoff (1990).

Hipóteses		Partidos políticos	
		Oportunistas	Ideológicos
Eleitores	Expectativas adaptativas	Nordhaus (1975) Lindbeck (1977) MacRae (1977)	Hibbs (1977)
	Expectativas racionais	Cukierman e Meltzer (1986) Cukierman e Meltzer (1986) Rogoff e Sibert (1988) Rogoff (1990) Persson e tabellini (1990)	Alesina (1987) Alesina e Sachs (1988)

Quadro 1 – Classificação dos modelos dos ciclos políticos

Fonte: Organizado pelo autor.

1.5 Algumas críticas aos modelos teóricos

A partir desses modelos teóricos, estudos foram desenvolvidos a fim de os comprovar. A mais aceita nos primórdios desses estudos foi o modelo partidário de Hibbs, por conseguir captar eventuais ciclos em um número maior de países, pois para o modelo proposto por Nordhaus as evidências foram significativas em apenas dois países.

Ao longo dos anos, muitas críticas foram feitas à teoria de Nordhaus. Um dos maiores críticos foi McCallum (1978), contrapondo umas das principais suposições da teoria inicial, sobre o comportamento racional dos eleitores definindo os eleitores como ultrarracionais, ou seja, tendo a mesma informação que os partidos.

Conforme McCallum (1978), os eleitores são ultrarracionais e têm expectativas futuras e não sofrem de perda de memória. Assim, os partidos não conseguiriam enganar os eleitores, manipulando a economia antes das eleições para conseguir votos. Em 1989, Nordhaus criticou o conceito de ultrarracionalidade, afirmando ser inconsistente, pois os eleitores coletam dados para visões futuras através de pronunciamentos, discursos ou mesmo opiniões alheias, que geralmente são embasadas em observações futuras, ou seja, o voto retrospectivo.

Para apoiar suas críticas, Nordhaus testa o chamado “efeito Lua-de-mel” (*Honeymoon Effect*). O candidato eleito passa por uma lua-de-mel no início do mandato, com altos níveis de popularidade que logo após se esvai lentamente. A tendência do eleitor é sobrevalorizar as políticas do novo governo o que viola o conceito de ultrarracionalidade. Além do mais, os eleitores lembram de suas decepções passadas e tendem a descontar no período pós-eleitoral. Dessa forma, os sentimentos passados estão seguramente nos chamados “eleitores ultrarracionais”, o que não condiz com a suposição.

Hibbs (1977) e Alesina e Sachs (1986) também foram alguns dos críticos do PBC e todos haviam rejeitado alguma parte daquela teoria.

Entre prós e contras, a teoria dos ciclos dá suporte para aceitarmos a hipótese de que eventos políticos afetam a economia num ciclo oportunista de interesses eleitorais.

2. Evidências e controvérsias empíricas

Depois de formulados esses modelos, estudos empíricos foram surgindo para sustentar essas teorias e comprovar a relação político-econômica. O próprio estudo de Nordhaus (1975) testa a validade de sua teoria. Para isso foram analisados nove países² com suas respectivas informações anuais de 1947 a 1972. Sua teoria evidencia sua validade apenas para três países -Alemanha, Nova Zelândia e Estados Unidos - um número relativamente baixo para ratificar seus pressupostos.

Seguindo a linha de pensamento de Nordhaus (1975), Alesina e Roubini (1992)³ analisaram como comportamento dinâmico de crescimento do PIB, desemprego e inflação eram afetados sistematicamente no ano eleitoral e nas mudanças de governo. As conclusões do trabalho corroboram para a evidência de ciclos políticos

² São eles: Austrália, Canadá, França, Alemanha, Japão, Nova Zelândia, Suécia, Reino Unido e Estados Unidos.

³ O estudo engloba 18 países pertencentes a OECD.

apenas para dois países, Alemanha e Nova Zelândia. Constatou que a inflação aumenta imediatamente após as eleições, como resultado pré-eleitoral de políticas fiscais e monetárias expansionistas. Tais evidências corroboram com o modelo partidário racional proposto por Alesina (1987).

Devido às poucas evidências para a teoria de Nordhaus (1975), como McCallun (1978), Hibbs (1988) e Alesina e Sachs (1988), ocorreu uma maior aceitação dos modelos partidários.

Na formulação da teoria partidária, Hibbs (1977) analisa as taxas de desemprego e inflação dos Estados Unidos (EUA) e do Reino Unido (RU), no pós-guerra a fim de verificar diferenças ideológicas nas administrações daqueles países. De fato, segundo o estudo, há diferenças entre tais ideologias, pois quando o partido Republicano (EUA) e Conservador (RU) estão no poder, o nível de desemprego aumenta, e em contrapartida diminui nos governos dos Partido do Trabalhador (RU) e Democrata (EUA).

Alesina (1987) e Alesina e Sachs (1988) têm formulado modelos que assumem uma esfera bipartidária, ou seja, em que há partidos de direita e de esquerda. O estudo *“Macroeconomic policy in a two-party system as a repeated game”* de Alesina (1987) evidencia que o partido democrático dos EUA não se preocupa muito com a inflação nem com o crescimento da moeda. O autor também postula que é na primeira metade da nova administração que os efeitos dessa despreocupação aparecem. Um dos mais importantes resultados desse trabalho é a criação de um incentivo entre partidos para diminuir a volatilidade das políticas, por conseguinte, os partidos convergiriam rumo a políticas similares, diminuindo eventuais perturbações em casos de mudança de governo.

As expensas dos estudos americanos, outros autores buscaram em vários países a aplicação da teoria. Muito desses estudos foram aplicados na Alemanha (Galli e Rossi, 2002; Berger e Holler, 2007; Scheneider, 2010).

De acordo com Galli e Rossi (2002), que analisa as despesas alemãs de 1974 a 1994, não há evidências para todos os estados analisados de que existe uma diferença consistente apoiada no partido político, somente apóia a teoria oportunista na manipulação das despesas. Em Scheneider (2010), as conclusões principais são de que os políticos usam diversas estratégias para permanecer no poder, pois em alguns estados como em *Bremen*, o aumento com gastos em segurança foi uma melhor estratégia do que em outros estados.

Seguindo esta linha de estudos sobre ciclos políticos na Europa, Veiga e Veiga (2007) fazem o mesmo para os municípios portugueses, evidenciando a existência de ciclos eleitorais. De acordo com a teoria, os prefeitos manipularam as políticas econômicas de maneira a conseguir significativos ganhos nas eleições. Os impostos diminuíram antes das eleições e os déficits orçamentários e as despesas totais dos municípios aumentaram.

Na desagregação dos gastos com investimentos se pode observar que os dispêndios foram maiores para aquelas obras que são imediatamente visíveis para o eleitorado. Outros compostos não tiveram grandes investimentos por que não eram de interesse eleitoral e nem de grande visibilidade, como são os gastos com maquinário e equipamentos.

Apesar de se ter encontrado evidências de ciclos políticos nos países desenvolvidos, há uma tendência de que tais ciclos diminuam com o passar do tempo, pois a transparência política nesses países possibilita essa diminuição (Akhmedov, Ravichev e Zhuravskaya, 2002; Scheneider, 2010).

A racionalidade é fundamental para tentar diminuir ciclos políticos, como verificou Akhmedov *et al.* (2002). Em seu estudo, compreendendo a Rússia, apesar de terem sido verificados tais ciclos, a tendência foi diminuir conforme o país amadureça politicamente e os eleitores se tornem mais racionais no momento do voto.

Se nos países desenvolvidos ainda existem o oportunismo político para se manter no poder, nos países em desenvolvimentos a probabilidade de que isso aconteça

mais frequentemente é bem maior. Dessa forma alguns estudos foram feitos para a América Latina a fim de corroborar essa hipótese.

Borsani (2001) faz um estudo similar ao de Alesina e Roubini (1992) para a América latina, tendo 15 países como foco. Para verificar os possíveis ciclos oportunistas nas democracias latino-americanas, foram analisados o crescimento do PIB e o índice de desemprego. As evidências estatísticas mostram que em anos posteriores às eleições se verifica um menor crescimento do PIB e um aumento da taxa de desemprego. Outra evidência vem pelo controle da maioria legislativa, ou seja, quando o governo tem apoio majoritário do legislativo, há uma melhora das condições econômicas no ano eleitoral.

Alguns trabalhos consideraram apenas um país, como Cerda e Vergara (2005), que analisaram o Chile, que buscaram investigar se as variáveis econômicas afetam as eleições chilenas. Os resultados encontrados corroboram com os pressupostos dos ciclos políticos. A taxa de desemprego e o PIB obtiveram significância sobre os votos obtidos pelo governo em ofício. Desse modo, um aumento de 1% na taxa de desemprego teve um efeito de aproximadamente 0,5% sobre o voto para o partido. Outro resultado encontrado foi que para cada ponto percentual do PIB acima da média, o voto para a posição aumentaria 0,6 pontos. Variáveis como taxa de pobreza e aliança política também influenciaram as eleições.

Do mesmo modo, o estudo de Veiga e Veiga (2007) encontrou evidências de oportunismo nas despesas de investimento para Portugal, assim como Drazen e Eslava (2003) para a Colômbia, e Gonzáles (2001) para o México. Segundo esses autores os gastos com investimentos são uma forma mais rápida de se obter votos do eleitorado, pois é a partir deles que os eleitores avaliam sua competência. Esse resultado também é encontrado para o Brasil por Meneguim e Bugarin (2001, 2002).

Nesse tocante, para o Brasil, Meneguim e Bugarin (2002) analisam a probabilidade de reeleição em função das variáveis fiscais municipais de 2000. Os resultados sugerem que as chances de reeleição diminuem à medida que a despesa *per*

capita aumenta. Quando se desagrega a despesa entre corrente e de capital, constata-se que o eleitor condena a primeira e premia a última, confirmando a intuição de que obras públicas cativam o eleitorado. Analisando a receita, o eleitor favorece o governante que consegue recursos para o município, em especial os que não são obtidos através de política tributária.

Anteriormente a esses trabalhos feitos para o Brasil, podemos citar os primeiros estudos de Fialho (1997) e Ogura (2002). Esses estudos estão bem próximos ao modelo de Nordhaus (1975), cujos resultados corroboram com a hipótese de expansão do produto agregado antes das eleições presidenciais. Também se pode destacar que políticas monetárias de valorização da moeda doméstica anterior às eleições e, conseqüentemente, desvalorização após as eleições são umas das estratégias dos políticos para obtenção de voto como analisou Bonomo e Terra (1999).

Em outro nível de governo, Cossio (2001) analisa as características do sistema político brasileiro e seus impactos no comportamento fiscal dos governos estaduais. Os resultados encontrados nesse estudo, que compreendeu o período de 1985 a 1997, sugerem a existência de impulsos positivos nas despesas em ano eleitoral. Outro resultado que merece destaque seria o fato da participação da sociedade no processo político, sobretudo nas eleições, leva a uma maior disciplina fiscal por parte dos governadores dos estados brasileiros, resultado semelhante encontrado por Teixeira (2002).

Ainda na esfera estadual, o estudo de Schumacher *et al.* (2009) analisa o resultado primário dos estados brasileiros no período de 1991 a 2006. Os resultados do estudo indicam oportunismo nas variáveis fiscais dos estados, com aumento de déficit primário em ano eleitoral, e logo após, uma melhora nos primeiros anos do mandato. Outro importante resultado nesse trabalho foi a alta significância da variável Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que corroborou para um melhor controle das despesas estaduais. Em contrapartida, a Emenda de Reeleição, que apesar de ter ajudado na

continuidade de certo oportunismo, foi compensado pela LRF, também conforme Cossio (2000) e Nakaguma (2006).

Para o nível municipal, Sakurai e Gremaud (2007) estudou os municípios paulistas, no período de 1989-2001. As principais evidências indicam impulsos positivos da despesa municipal em anos eleitorais. No que concerne às agremiações partidárias, observou-se que o PFL é o que mais gasta com investimento no período, já os partidos de centro-direita são os que mais despendem de recursos com pessoal, enquanto o PT é o que menos despende recursos em transferências correntes⁴.

No estudo de Sakurai (2005), também realizado para os municípios paulistas, buscou-se analisar a hipótese de racionalidade proposta por Petterson-Lidbom (2001)⁵. Tais ciclos são verificados em anos eleitorais, pois despendem cerca de R\$15,00 *per capita* adicionais do orçamento municipal no ano eleitoral. O choque de competência, o qual verifica a racionalidade do eleitor, não foi estatisticamente significativo. Por conseguinte, não se pode dizer que o choque afeta a probabilidade de reeleição, tendo em vista que a imagem pública do candidato parece ter mais influência do que outros fatores⁶.

Ferreira e Bugarin (2004) também encontram evidências de ciclo político-orçamentário nos municípios brasileiros, em que verificam um aumento no segundo ano do mandato municipal. Este aumento é explicado pelas transferências voluntárias recebidas dos estados durante os anos de eleições estaduais. Além disso, os autores encontraram um viés nestas transferências voluntárias no sentido de que estas são significativamente explicadas pela identificação partidária entre o governador estadual e o prefeito.

4 Os ciclos políticos nesse estudo foram observados somente nos anos 1992 e 1996 para despesas orçamentárias e correntes, para despesas pessoais somente em 1992. Tais impulsos são comparações com os anos anteriores e posteriores.

5 Esse estudo testa a hipótese de que eleitores são racionais e votam conforme a avaliação feita durante seu mandato, e se o mesmo atinge um valor superior ao exigido pelos eleitores. Compreendem as eleições suecas de 1974 -1998.

⁶ Destaca-se que a possibilidade de reeleição só foi permitida a partir de 2000. No que diz respeito à imagem pública ver Libanio e Menezes-filho (2003) e Carreirão e Barbeta (2004).

Essa evidência também foi testada para o Brasil no trabalho de Nakaguma e Bender (2006), com o avanço dos anos, os eleitores tendem a votar mais racionalmente frente às observações passadas, corroborando com os resultados de Akhmedov *et al.* (2002), para a Rússia.

Assim, conforme a literatura citada, há evidências da relação entre política e economia. Além disso, esclarece-se a função dos ciclos oportunistas praticados pelos partidos no poder, com a finalidade de obter favorecimento nos resultados eleitorais.

CAPÍTULO II

2. METODOLOGIA

Como visto no capítulo anterior, a maioria dos estudos na área dos ciclos políticos são evidenciados aplicando algum método econométrico, sobretudo utilizando dados em painel. Desse modo o capítulo presente pretende desenvolver um modelo que melhor se ajuste ao objetivo aqui proposto. As seções seguintes visam descrever o processo da metodologia utilizada nessa dissertação.

Assim, num primeiro momento, será descrito as fontes da base de dados – objeto principal para realização desse estudo. Em seguida será mostrado o método econométrico mais apropriado para se chegar ao objetivo, ou seja, o modelo de dados em painel com efeitos fixos e randômicos. E por fim, o modelo empírico, que visa na definição da equação que servira com base para as estimações com o modelo apropriado.

2.1 Base de dados

A base de dados utilizada para a análise empírica contém informações de despesas e receitas municipais no período de 1992 a 2008, compreendendo cinco eleições municipais (1992, 1996, 2000, 2004 e 2008) sendo que para cada ano um total de 3.414 cidades foi analisado, totalizando 58.038 observações. A amostra fora construída a partir dos dados macroeconômicos das Finanças do Brasil (Finbra) do Tesouro Nacional. A variável PIB do IPEADATA e os partidos políticos estão disponíveis no TSE (Tribunal Superior Eleitoral), sendo que para os anos de 1992 a 1996 foram disponibilizados junto aos TRE's de cada estado e pelo Prof^o Dr. Sérgio Naruhiko Sakurai (FEA-RP/USP).

As variáveis de natureza financeira estão avaliadas em reais de 2007, deflacionada pelo IGP-DI. Também foram transformadas em termos *per capita* com a própria contagem da população existente no banco de dados FinBra.

2.2 Modelo Econométrico de Dados em Paineis: efeito fixo e randômico

O método de dados em painéis consiste em combinar dados de séries temporais e *cross-section*, em que a mesma observação é analisada ao longo do tempo, nesse caso, um município i sendo analisado durante o período T , de 1992 até 2008.

Existem dois tipos de painéis, o não-balanceado, em que o número de observações diferem entre os anos; e o balanceado, em que há o mesmo número de observações em cada ano. No presente estudo o painel utilizado foi o balanceado. A justificativa para se optar por tal painel é que os resultados estimados não apresentam diferenças contundentes. De acordo com o estudo de Sakurai (2007), em que foi estimado um modelo para cada tipo de painel, os resultados foram muito próximos, apesar de o número de observações diminuir em aproximadamente 50% no painel balanceado. Sendo assim, para uma melhor visualização da evolução das despesas municipais, foram considerados apenas os municípios comuns em todos os anos.

O modelo de dados em painéis pode ser descrito, segundo Wooldridge (2002), como:

$$y_{it} = \mathbf{x}'_{it}\boldsymbol{\beta} + c_{it} + e_{it}, \quad (01)$$

em que y_{it} é a variável dependente, ou seja, despesa do município i no ano t , \mathbf{x}'_{it} é o conjunto de variáveis explicativas, $\boldsymbol{\beta}$ é o vetor de coeficientes a serem estimados; c_{it} é o efeito específico e, e_{it} é o componente do erro.

Para o estimador β ser consistente, algumas hipóteses devem ser seguidas:

$$E(u_{it} | \mathbf{x}_i, c_i) = 0 \quad (03)$$

$$E(c_i | \mathbf{x}_i) = E(c_i) = 0 \quad (04)$$

$$\text{rank}\left(\sum_{t=1}^T E(\mathbf{x}'_{it} \mathbf{x}_{it})\right) = K \quad (05)$$

$$\text{rank} E(\mathbf{X}'_i \boldsymbol{\Omega}^{-1} \mathbf{X}_i) = K \quad (06)$$

$$E(\mathbf{u}_i \mathbf{u}'_i | \mathbf{x}_i, c_i) = \sigma_u^2 \mathbf{I}_T. \quad (07)$$

$$\text{Ou seja, } \text{Var}(\mathbf{u}_i | \mathbf{x}_i, c_i) = \sigma_u^2 \mathbf{I}_T$$

$$E(\mathbf{u}_i \mathbf{u}'_i | \mathbf{x}_i, c_i) = \sigma_u^2 \mathbf{I}_T. \quad E(c_i^2 | \mathbf{x}_i) = \sigma_c^2 \quad (08)$$

em que os valores esperados são condicionados pelas variáveis independentes. As hipóteses (03), (05), (06) e (08) seria condição suficiente para o modelo ser considerado efeito randômico, na violação das mesmas o modelo mais apropriado é o de efeito fixo.

A pressuposição básica que distingue o efeito fixo e o randômico, é que, no randômico o efeito específico c_i , que é constante no tempo, não está correlacionado com as variáveis independentes. Dessa forma, o efeito específico é agregado nos resíduos e_{it} , e a equação (01) pode ser reescrita da seguinte forma:

$$y_{it} = \mathbf{x}'_{it} \boldsymbol{\beta} + c_{it} + v_{it} \quad (09)$$

em que $v_{it} = c_{it} + e_{it}$, assim o efeito específico não estaria correlacionado com o \mathbf{x}_{it} , ou seja, essa variável que, no efeito fixo seria tratado como parâmetro a ser estimado, no randômico, é apenas considerado como variável aleatória, isto é, pode não estar correlacionado com a variável explicativa. O centro da questão é saber se deve tratar c_i correlacionado com \mathbf{x}_{it} , ou não (Mundlak,1978).

Hausman (1978) propôs um teste que indica o melhor modelo a ser escolhido. A idéia central do teste se baseia nas diferenças dos coeficientes, ou seja, a covariância de um estimador eficiente com a sua diferença a partir de um estimador ineficiente é zero. Além desse teste, também foram feitos testes para detectar a ocorrência de heterocedasticidade e autocorrelação, como pode ser observado no próximo capítulo.

Apesar de esses modelos serem eficientes, podem não corrigir ou considerar os problemas de heterocedasticidade e autocorrelação, dessa forma existem modelos específicos que os corrigem, tal como o método dos mínimos quadrados generalizados pois neste método gera-se um estimador para a covariância dos termos de erro que possibilita realizar a transformação necessária para as estimação por mínimos quadrados generalizados (MQG)

2.3 Modelo empírico

Neste trabalho, o modelo para dados em painel teve como base a seguinte equação:

$$\begin{aligned} Desp_{it} = & \beta_1 + Rectrib_{it} + Reccorr_{it} + ER_{it} + LRF_{it} + PIB_t + PRE/GOV \\ & + Part_{it} + Ano_{it} + c_{it} + e_{it} \end{aligned}$$

em que $i = 1, \dots, 3141$, $t = 1992, \dots, 2008$, c_{it} é o efeito específico de cada município, e_{it} é o componente de erro.

A variável dependente, $Desp_{it}$, corresponde à despesa municipal. Foram selecionados cinco componentes de despesa municipal: a primeira é a despesa orçamentária ($Desp/orc$), por ser um mecanismo que mais rápido transmitem recursos públicos aos eleitores, e por ser o somatório de todas as despesas executadas pelos municípios. Em seguida desagregamos duas despesas: Despesa de Capital ($Desp/cap$) na qual espera-se captar um efeito positivo em anos pré-eleitorais, e que diminuem após as eleições; e despesa de investimento ($Desp/inv$) que está intrinsecamente ligado à despesa de capital. Por último Despesa correntes ($Desp/corr$) que mede o consumo do governo, e despesa de pessoal ($Desp/pess$) que é o componente de maior peso das despesas correntes. No apêndice dessa dissertação, através do Organograma 1 e 2, estão, de forma resumida, as explicações de cada componente de receita e despesa municipal.

Para as variáveis independentes foram escolhidas a Receita tributária (*Rectrib*) a fim de se verificar o montante de recursos das arrecadações municipais que são destinadas a cada uma das despesas; e a Receita de Transferências Correntes (*Reccorr*).

Foi incluída uma variável binária para captar o efeito da Emenda de Reeleição (*ER*) pelo potencial em influenciar os dispêndios nos anos eleitorais, a partir de 1998, e outra para verificar a influência da Lei de Responsabilidade Fiscal (*LRF*) no comportamento fiscal dos municípios, a partir do momento que entra em vigor tal lei no ano de 2000.

A Lei da Responsabilidade Fiscal é um fator que pode influenciar o comportamento das finanças dos municípios (Mora, 2002; Nunes e Nunes, 2003; Rocha e Giuberti (2004) e Menezes, 2005). Com sua instituição, o Tesouro nacional estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, mediante ações em que se previnam riscos e corrijam desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, destacando-se o planejamento, o controle, a transparência e a responsabilização, como premissas básicas.

Tal Lei entra em vigor na data de 3 de maio de 2000, mas segundo Nunes e Nunes (2003), apesar de no primeiro ano o ajuste fiscal ter sido parcial porque as administrações já trabalhavam com orçamentos aprovados no ano anterior, muitos ajustes que não dependiam dos orçamentos foram efetivamente realizados. Logo, são observadas ações de conservadorismo fiscal já no próprio ano de aprovação da lei.

Vale destacar também a possibilidade de reeleição⁷ que entra em vigor em 1998. Desse modo, sua influência pode ser verificada somente a partir de 2000, nas eleições municipais. Com isso, os políticos têm um período relativamente longo para manipular a economia a fim de conseguir votos mediante suas ações no poder.

O PIB (*PIB*) do país, replicado a todos os municípios da amostra no ano de análise, para verificar o impacto do comportamento da economia do País nos gastos municipais

Paras as variáveis políticas, foi utilizada a interação entre o partido do prefeito e do governador (*PRE/GOV*) assumindo o valor 1 se o partido do prefeito era o mesmo que o do governador e 0 caso contrário.

A variável *Partido* foi incluída para captar as diferenças entre os partidos políticos nas despesas municipais. Foram introduzidas sete variáveis binárias representando os partidos: *PT*, *PSDB*, *PL*, *PTB*, *PFL/DEM*⁸ e *OUTROS*. Dessa forma, recebendo o valor 1 se o prefeito do município for do respectivo partido e 0 caso contrário. O *PMDB* foi omitido servindo como referência.

Conforme já destacado, o objetivo neste estudo é analisar o comportamento temporal das despesas agregadas nos municípios brasileiros a fim de verificar uma conduta cíclica nas eleições municipais. Tendo em vista o calendário eleitoral, a probabilidade de recursos despendidos serem distintos nos anos de ocorrência das

⁷ Emenda constitucional nº 16 , de 4 de junho de 1997, que dá nova redação aos termos de 1998 a qual era proibida a reeleigibilidade consecutivas.

⁸ A unificação dos partidos PFL e DEM em apenas uma binária reflete apenas a evolução temporal da segunda, que passa a ser chamada de DEM a partir da refundação do PFL em 2005.

eleições corrobora com a teoria de oportunismo de que os formuladores de política ajustam tais variáveis para conseguir ganhos positivos nas urnas.

Um aspecto importante a se destacar diz respeito ao calendário eleitoral brasileiro. Diferentemente de alguns países, o Brasil tem suas eleições conhecidas *a priori* pelos eleitores, com eleições nas três esferas políticas (presidencial, estadual e municipal) em períodos de quatro anos. Nesse ínterim, os candidatos/partidos podem usar desse fator para realocar recursos no intuito de gerar um sentimento de competência para os eleitores.

Assim, para verificar a existência de ciclo político-econômico nas despesas municipais foi introduzida uma variável denominada *Ano*, para captar as diferenças entre os anos do período estudado. Inicialmente, foram incluídas apenas três variáveis binárias, para o primeiro ano após as eleições (1993, 1997, 2001 e 2005), para o ano pré-eleitoral (1995, 1999, 2003 e 2007) e para o ano eleitoral (1992, 1996, 2000, 2004, 2008). O segundo ano do mandato foi omitido e servindo como ano de referência.

Posteriormente, em outro modelo, foram utilizadas treze variáveis binárias, uma para cada ano analisado, com exceção dos segundos anos de cada mandato (1994, 1998, 2002 e 2006), tomados como base.

CAPÍTULO III

3. EVIDÊNCIAS DE CICLOS POLÍTICOS NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS

3.1 Análise dos resultados

Na tabela 1 pode ser observado as estimações no modelo com Despesas orçamentárias para efeito fixo e randômico com o teste de Hausman para a escolha do modelo apropriado, e o método *Prais-Winstem* o qual estimará o modelo por mínimos quadrados ordinário (MQO), pois considera a autocorrelação e a heterocedasticidade.

Pode-se observar que os coeficientes não apresentam diferenças significativas entre os dois modelos e já temos um resultado que possa evidenciar um comportamento cíclico frente aos componentes de despesas municipais. A partir do teste proposto por Hausman (1978), o qual verifica a identidade dos modelos fixos e randômicos, supõe-se que, caso haja tal identidade o melhor modelo será o randômico, se não, o melhor será o fixo.

O teste de Hausman, que averigua se a hipótese da equação (03) está sendo assegurada, para essa análise, a hipótese nula de igualdade entre os coeficientes é rejeitada, confirmando assim o efeito fixo como mais adequado. Diante da possibilidade de existir autocorrelação e, visando dar maior consistência ao trabalho será efetuado um conjunto de testes – Máxima Verossimilhança (MV) proposto por Breusch e Pagan (1980) para efeitos randômicos e, Baltagi e Li (1995) para efeitos randômicos em conjunto com a autocorrelação. Estes resultados são mostrados na tabela 2.

Tabela 1 - Ciclos Políticos para as Despesas orçamentárias (*Desp/Orç*), Brasil, 1992-2008

VARIÁVEIS	Efeito Fixo	Efeito Randômico	MQO
<i>Recrib</i>	1,144*** [0,015]	1,260*** [0,122]	1,343*** [0,0195]
<i>Reccorr</i>	1,097*** [0,0006]	1,097*** [0,0006]	1,095*** [0,011]
<i>LRF</i>	-141,396*** [2,857]	-143,548*** [2,853]	-145,373 [4,035]
<i>ER</i>	5,712* [3,237]	4,917 [3,237]	4,115 [3,462]
<i>PIB</i>	0,344*** [0,0230]	0,306*** [0,027]	0,279*** [0,0434]
<i>PRE/GOV</i>	-4,967** [2,338]	-5,575** [2,264]	-6,732*** [2,274]
<i>Partido</i>			
<i>PSDB</i>	-8,192** [3,492]	-4,784 [3,257]	0,9702 [3,346]
<i>PT</i>	-21,5112*** [5,874]	-14,108** [5,462]	-2,590 [4,202]
<i>PTB</i>	-7,799* [4,430]	-3,762 [4,167]	2,596 [3,596]
<i>DEM</i>	-1,681 [3,308]	-1,658 [3,065]	-0,641 [3,127]
<i>PL</i>	-18,539*** [5,414]	-15,281** [5,054]	-8,636* [4,450]
<i>OUTROS</i>	-6,741** [2,793]	-6,951*** [2,632]	-6,636** [2,686]
<i>Ano</i>			
<i>PRE</i>	-29,676*** [2,411]	-30,182*** [2,413]	-30,547*** [2,650]
<i>ANO</i>	20,229*** [2,385]	19,630*** [2,387]	19,022*** [3,848]
<i>POS</i>	-27,933*** [3,511]	-27,885*** [2,514]	-27,978*** [2,710]
<i>CONSTANTE</i>	27,783*** [3,514]	27,453*** [3,717]	26,781*** [5,086]
Obs.:	58.038	58.038	58.038
<i>R² Within</i>	0,9830	0,9830	-
<i>Between</i>	0,9753	0,9764	-
<i>Overall</i>	0,9818	0,9820	0,9820
Hausman (χ^2)	118,92***		-

Fonte: Dados da pesquisa. *** denota significância a 1%; ** denota significância a 5%; * denota Significância a 10%, os desvios-padrão estão entre colchetes.

De acordo com a tabela 2, os testes para efeitos randômicos, tanto o de máxima verossimilhança sem correção para autocorrelação (MV) quanto o que considera correção para autocorrelação (MVA) indicam que o modelo de efeitos fixos é o mais adequado, considerando um nível de significância de 1%. Para este mesmo nível de significância foi possível rejeitar a hipótese nula de ausência de autocorrelação e de efeito randômico sem a presença de autocorrelação. O teste de autocorrelação proposto por Wooldridge (2002) também sugere o problema, pois o rejeita a hipótese nula de não autocorrelação de primeira ordem.

Tabela 2 – Testes Randômicos, Correlação Serial e Heterocedasticidade

Testes	Resultados
Efeitos Randômicos	
MV: $\text{Var}(u_i)=0$	5667,63***
MVA: $\text{Var}(u_i)=0$	75,28***
Correlação Serial	
MV: $\rho=0$	1992,32***
Teste Conjunto	
MV: $\text{Var}(u_i)=0$ e $\rho=0$	11293,80***
Heterocedasticidade	
χ^2	2.1e+06***
Autocorrelação	
F(1, 3569)	0,534***

Fonte: Dados da pesquisa. *** denota significância a 1%; ** denota significância a 5%; * denota Significância a 10%.

No teste para heterocedasticidade proposto por Greene (2000) indica que os painéis são heterocedástico, ou seja, a variância não é constante.

Portanto, os testes sugerem que o modelo incorre em problemas de autocorrelação e heterocedasticidade, o que pode influenciar na eficiência dos estimadores. Assim, deve-se escolher um modelo que leve em consideração os problemas de heterocedasticidade e autocorrelação.

Levando em consideração os resultados dos testes acima, devemos aplicar um modelo de efeitos fixos que corrige os problemas de Heterocedasticidade e autocorrelação. A alternativa seria o método *Prais-Winstem*, o qual estimará o modelo de Mínimos Quadrados Ordinários (MQO) que considera a heterocedasticidade e, em conjunto, corrige a autocorrelação.

Porém, como visto na tabela 1, esse método (MQO) não apresenta uma melhora significativa nos resultados. As variáveis políticas (partidos) tornam insignificantes do ponto de vista estatístico, também as variáveis que captam os impactos da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e Ementa de Reeleição (ER) tornam-se não significativos.

Pelos resultados obtidos até o momento deve-se aplicar um método que melhore os resultados levando em consideração os dois problemas existentes. Dessa forma, podemos aplicar o método de Mínimos Quadrados Generalizado que além de corrigir a heterocedasticidade, também leva em consideração a autocorrelação, quando existir. Na seção seguinte, estão as estimativas dos modelos considerando o Método dos Mínimos Quadrados Generalizados para efeito fixo, que tem estimativas eficientes, de acordo com So Im *et al.* (1999)

3.2 Modelo com binárias para ano pré-eleitoral, ano-eleitoral e pós-eleitoral

Pode ser observado na tabela 3 os resultados das estimativas do modelo proposto, utilizando o método de mínimos quadrados generalizados corrigidos para heterocedasticidade e a autocorrelação. São apresentados os resultados para os municípios brasileiros para as Despesas Orçamentárias, Capital, Pessoal, Correntes e Investimentos, que compreendem cinco eleições municipais.

Tabela 3 – Ciclos Políticos nos municípios brasileiros por ano pré-eleitoral, eleitoral e pós-eleitoral, Brasil, 1992 -2008

VARIÁVEIS	Despesa Orçamentária		Despesa de Capital		Despesa de Pessoal		Despesa Corrente		Despesa de Investimento	
	Coeficiente	d.p.	Coeficiente	d.p.	Coeficiente	d.p.	Coeficiente	d.p.	Coeficiente	d.p.
<i>Rectrib</i>	1,290***	[0,0072]	0,505***	[0,00,8]	1,397***	[0,017]	1,2560***	[0,014]	0,521***	[0,006]
<i>Reccorr</i>	1,038***	[0,001]	0,078***	[0,0008]	0,0927***	[0,002]	0,726***	[0,002]	0,034***	[0,0008]
<i>LRF</i>	-99,061***	[1,213]	-6,617***	[1,766]	-32,207***	[2,934]	-16,456***	[3,602]	-14,700***	[0,949]
<i>ER</i>	7,826***	[1,370]	24,376***	[1,999]	121,16***	[3,209]	92,026***	[4,062]	21,401***	[1,0100]
<i>PIB</i>	0,321***	[0,0098]	0,445***	[0,0141]	1,347***	[0,0247]	1,221***	[0,0290]	0,285***	[0,008]
<i>PRE/GOV</i>	-0,7684	[,0882]	-5,695***	[1,296]	-13,082***	[2,196]	-13,631***	[2,650]	-0,805	[0,709]
<i>Partido</i>										
<i>PSDB</i>	-1,095	[1,203]	-8,280***	[1,731]	-14,413***	[3,157]	-7,694**	[3,559]	-6,809***	[1,057]
<i>PT</i>	-6,595***	[2,015]	-0,832	[2,894]	26,140***	[5,430]	19,414***	[5,756]	-7,764***	[1,841]
<i>PTB</i>	1,917	[1,532]	-6,501***	[2,218]	-9,138**	[3,981]	-3,277	[4,588]	-5,899***	[1,352]
<i>DEM</i>	-4,906***	[1,081]	-5,389***	[1,601]	-22,095***	[2,863]	-15,7069***	[3,281]	-7,321***	[0,967]
<i>PL</i>	-12,327***	[1,755]	-5,167**	[2,604]	-7,391	[4,772]	3,299	[5,323]	-9,360***	[1,566]
<i>OUTROS</i>	-8,618***	[0,982]	-5,343***	[1,435]	-7,391***	[2,557]	-1,869	[2,942]	-9,116***	[0,875]
<i>Ano</i>										
<i>PRE</i>	-19,704***	[1,019]	-27,850***	[1,492]	-7,391***	[1,916]	-3,257***	[2,964]	-21,757***	[0,555]
<i>ELEITORAL</i>	6,237***	[1,029]	73,057***	[1,483]	121,399***	[2,163]	207,88***	[2,999]	2,379***	[0,657]
<i>POS</i>	-17,290***	[1,061]	-24,334***	[1,554]	-51,787***	[2,046]	41,312***	3,095]	-21,505***	[0,599]
<i>Constante</i>	25,976***	[1,426]	-12,924***	[2,063]	-54,714***	[3,535]	-106,9055***	[4,216]	30,754***	[1,201]
Obs.:	58.038		58.038		58.038		58.038		58.038	

Fonte: Dados da pesquisa. *** denota significância a 1%; ** denota significância a 5%; * denota significância a 10%.

De modo geral, observa-se na tabela 3 que houve um impulso positivo nos anos eleitorais analisados, que também pode ser verificado na Figura 1.

A variável que capta o efeito da política implementada para controlar os gastos municipais – Lei de Responsabilidade Fiscal – de fato obteve o efeito esperado, pois em todos os modelos, a *LRF* apresentou um impacto negativo e foi estatisticamente significativa. Destaca-se a redução, sobretudo, nas despesas totais, no entanto, vale assinalar também a grande redução nas despesas de pessoal, que é o componente de maior peso das despesas correntes, considerado a medida de consumo do governo, como salientou Sakurai (2007).

A estimativa para a variável binária que representou a Emenda de Reeleição (*ER*), com valor igual a um a partir de 1998, foi positiva para todos os componentes de despesas, por representar mais um fator que estimula o político a manipular esses gastos buscando sua reeleição (quando candidato).

Os fatores de ordem política, como o alinhamento partidário entre municípios e esferas superiores de governos (prefeitura e governo estadual nesse estudo) nos diz que não existe uma relação direta entre o partido do prefeito e do governador. A variável PIB – que busca capturar a influência do comportamento da economia – foi estatisticamente significativa em todas as categorias de despesas analisadas nesse estudo, de acordo com os resultados encontrados por Nakaguma (2006).

Para uma melhor visualização do ciclo político em ano eleitoral, foram plotados na figura 1 as estimativas dos coeficientes da variável Ano - pré-eleitoral, eleitoral, pós-eleitoral e o segundo ano do mandato (pós2), a categoria considerada como base, sendo seu valor médio captado pela constante.

Na figura 1a, pode-se verificar que nos anos eleitorais (1992, 1996, 2000, 2004 e 2008) houve um maior dispêndio nas despesas orçamentárias por parte das prefeituras, dado o impulso positivo nessa categoria de despesa comparativamente com os anos pré e pós-eleitoral. O que indica que padrão dos gastos públicos é

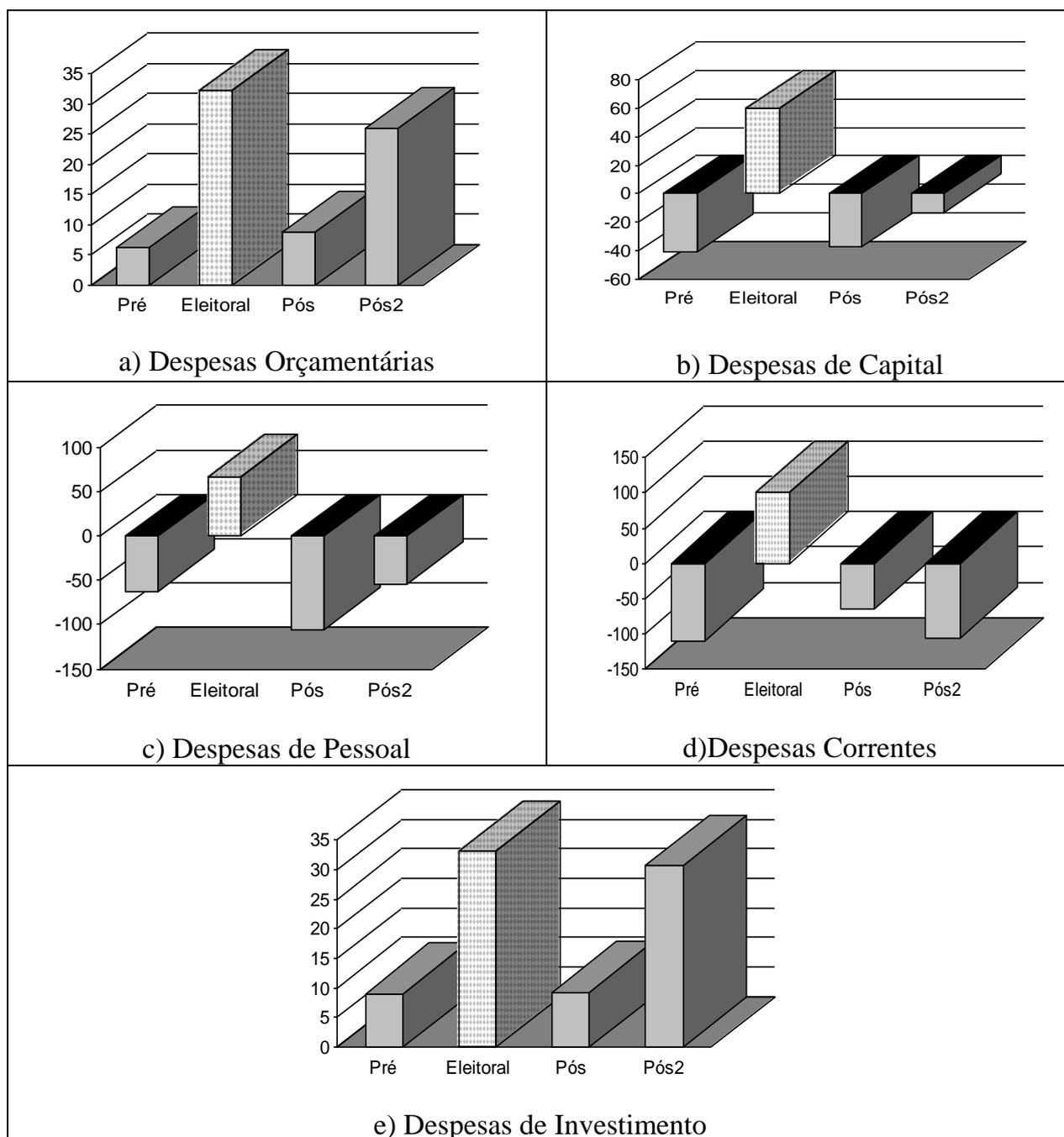


Figure 1 - Estimativas dos coeficientes associados à variável ano, Brasil, 1992-2008.
Fonte: elaborada pelo autor com dados dos coeficientes da Tabela 3

fortemente influenciado por motivações eleitorais. Estes resultados corroboram os encontrados por Nakaguma (2006) e Sakurai (2007).

Para as variáveis políticas, o alinhamento partidário entre prefeituras e governo, de acordo com os resultados, indica que não houve influência no comportamento cíclico. Também se constata que o Partido Liberal (PL) é o que menos despense recursos dessas categorias.

Os mesmos resultados são observados para as Despesas de Capital, em que no ano eleitoral existe também um maior gasto nessa categoria (pouco mais de R\$ 60,00 *per capita*).

Nota-se que nesta categoria, os partidos analisados, despendem em média 5% menos que o PMDB, exceto o PSDB, que em média gasta menos, e o PT que compartilha aproximadamente do mesmo tipo de administração que o PMDB. Novamente, o alinhamento entre partido do prefeito e do governador (PRE/GOV) não apresentou a relação positiva, conforme o esperado.

As despesas correntes, tidas como medida de consumo do governo, sendo as despesas de pessoal seu maior componente, seriam um fator a ser utilizado para a manutenção de ciclos políticos. De fato, como nas figuras 1c e 1d, pode-se observar o impulso positivo no ano eleitoral e, nos anos subsequentes, uma redução desses gastos.

Nas variáveis políticas, em relação aos outros três modelos, o alinhamento partidário foi o que apresentou menor coeficiente, o que corrobora com a hipótese de que os municípios são indiferentes às administrações do governo estadual, comportando-se de forma mais independente frente ao estado.

Aos partidos políticos cabe atenção maior para o DEM e o PT, os quais nos dois modelos apresentam tendências diferentes. O PT é o partido que mais despense recursos e o DEM o contrário. Grande parte dos recursos dessas categorias vem das receitas tributárias, e é justamente o mesmo resultado encontrado nos modelos, pois os coeficientes foram os maiores comparados aos outros e estatisticamente significativos. A arrecadação nessas categorias são maiores quando algum município é administrado pelo PT, o que indica certo oportunismo partidário como

ressaltou Hibbs (1977)⁹. A média de arrecadação tributária do PT é superior a todos os outros partidos, e o DEM com uma política contrária foi a menor média.

Por fim, a Figura 1e, das despesas de investimento, sugere a manutenção dos ciclos políticos, uma vez que nessa categoria podem-se direcionar as políticas que são mais visíveis aos eleitores de acordo com Veiga e Veiga (2007).

No entanto, segundo Veiga e Veiga (2007), as políticas que são mais visíveis para os eleitores são obras públicas, tais como construção de escolas e hospitais, e como obras são políticas de longo prazo, geralmente começam a ser implantadas não no ano eleitoral, mas durante todo o mandato.

Podemos observar esse fato a figura 1e, em que há um aumento das despesas com investimento já no segundo ano da administração (Pós2), este por sua vez está bem próximo do montante gasto no ano eleitoral¹⁰.

Uma explicação para isso seria que as obras começadas no segundo ano dariam ao eleitor um sentimento de um “voto bem votado”, ou seja, incorrendo em boa competência do prefeito, e no ano eleitoral um gasto igual ou superior para o término de tais obras bem como começo de novos investimentos no caso do prefeito estiver concorrendo à reeleição.

Nas variáveis políticas observa-se que todos os partidos obtiveram sinais negativos, ou seja, o PMDB – categoria base – é o que mais despense recurso para investimentos.

⁹ Podemos observar esse resultado no gráfico 6 no apêndice.

¹⁰ O gráfico 5 no apêndice mostra que a evolução não é linear como nas outras categorias, tendo assim oscilações entre os anos. Na comparação da figura 1e e o gráfico 5, vemos que existem de fato aumentos nessas despesas no segundo e no quarto (ano eleitoral) ano do mandato resultado encontrado também por Ferreira e Bugarin (2004).

3.3 Modelo com binárias para grupos de anos pré-eleitoral, ano-eleitoral e pós-eleitoral

Nessa seção, se optou por separar em grupos os anos pré-eleitorais, ano-eleitoral e pós-eleitoral. Dessa forma, poder-se-á verificar quais anos estiveram mais propensos ao oportunismo dos políticos.

Na tabela 4 podem-se observar os resultados das estimações para as binárias dos anos analisados, com exceção dos segundos anos de mandato tomados como categoria de referência. De modo geral, verificamos que os resultados são similares aos estimados na seção anterior. A Lei de Responsabilidade Fiscal e a Emenda de Reeleição se comportaram como o esperado, bem como a existência de ciclos políticos e alguns anos.

No caso das despesas orçamentárias, na tabela 4, destaca-se o grande montante das receitas tributárias destinadas ao orçamento total dos municípios. Esse resultado sugere que as prefeituras tendem a serem menos conservadores na gestão de recursos tanto tributários quanto de transferências correntes em comparação com outras categorias de despesa.

As binárias de ano foram estatisticamente significativas em todos os anos, de acordo com a figura 2a podemos observar grande oportunismo nas despesas orçamentárias. Em todos os anos eleitorais analisados houve um aumento dos gastos totais dos municípios, a exceção de 2004, que apesar de no ano posterior ter havido uma diminuição dos gastos, seu ano anterior (2003) foi maior.

No que diz respeito aos partidos políticos, o PTB foi o partido que mais despendeu recursos nessa categoria, e o Partido Liberal (PL) o que despende menos, resultado que esta de acordo com o encontrado por Sakurai e Gramaud (2006).

Tabela 4 – Ciclos Políticos por grupos de anos, Brasil, 1992-2008

VARIÁVEIS		Despesa Orçamentária		Despesa de Capital		Despesa de Pessoal		Despesa Corrente		Despesa de Investimento	
		Coefficiente	d.p.	Coefficiente	d.p.	Coefficiente	d.p.	Coefficiente	d.p.	Coefficiente	d.p.
<i>Rectrib</i>		1.350***	[0,0072]	0,327***	[0,0049]	0,755***	[0,007]	1,240***	[0,0079]	0,304***	[0,0058]
<i>Reccorr</i>		1,032***	[0,001]	0,143***	[0,00104]	0,270***	[0,001]	0,898***	[0,001]	0,1008***	[0,00107]
<i>LRF</i>		-160,07***	[2,444]	-82,729***	[2,107]	-65,090***	[2,247]	-96,911***	[2,688]	-56,147***	[1,682]
<i>ER</i>		167,442***	[5,969]	142,943***	[5,143]	63,090***	[5,303]	35,842***	[6,537]	103,32***	[4,012]
<i>PIB</i>		-1,547***	[0,0802]	-1,832***	[0,069]	2,015***	[0,0741]	0,0067	[0,0879]	-1,275***	[0,0539]
<i>PRE/GOV</i>		-1,547	[0,838]	1,913***	[0,722]	1,524*	[0,836]	1,452	1,015]	1,935***	[0,638]
<i>Partido</i>	<i>PSDB</i>	-1,6405	[1,139]	-3,626***	[0,969]	-4,407***	[1,360]	-0,770	[1,426]	-3,694***	[0,974]
	<i>PT</i>	2,768	[1,957]	-5,524***	[1,641]	2,018*	[2,306]	3,244	[2,390]	-6,723***	[1,680]
	<i>PTB</i>	3,595**	[1,434]	-0,264	[1,242]	-1,435	[1,666]	2,929	[1,864]	-3,344	[1,248]
	<i>DEM</i>	-5,263***	[1,018]	-2,578***	[0,888]	-9,130***	[1,208]	-3,824**	[1,335]	3,542**	[0,909]
	<i>PL</i>	-7,328***	[1,652]	-7,959**	[1,427]	-12,785***	[2,005]	-0,295	[2,105]	-6,621**	[1,476]
<i>OUTROS</i>		-6,483***	[0,928]	-5,425***	[0,803]	-5,569***	[1,005]	0,355***	[1,161]	-6,694***	[0,808]
<i>Ano</i>	<i>1992</i>	-128,057***	[6,104]	-145,112***	[5,260]	131,266***	[5,376]	0,694	[6,714]	-108,59***	[4,063]
	<i>1993</i>	-139,861***	[6,186]	-153,385***	[5,331]	121,184***	[5,357]	-5,601	[6,717]	-114,512***	[4,055]
	<i>1995</i>	112,467***	[4,861]	105,322***	[4,189]	-51,787***	[2,046]	15,033***	[5,243]	77,620***	[3,137]
	<i>1996</i>	147,592***	[5,636]	119,918***	[4,858]	-54,714***	[3,535]	42,371***	[6,163]	85,383***	[3,733]
	<i>1997</i>	111,963***	[5,886]	98,807***	[5,072]	-67,986***	[5,202]	25,218***	[6,446]	62,942***	[3,935]
	<i>1999</i>	-72,967***	[2,287]	-73,213***	[1,970]	24,776***	[1,614]	-3,165	[2,326]	-55,634***	[1,249]
	<i>2000</i>	82,896***	[1,731]	10,400***	[1,491]	-23,391***	[1,518]	85,670***	[1,888]	1,897*	[1,148]
	<i>2001</i>	50,355***	[1,693]	-10,442***	[1,458]	-24,548***	[1,362]	72,322***	[1,778]	-16,602***	[1,035]
	<i>2003</i>	-9,976***	[1,704]	-34,429***	[1,467]	5,861***	[1,112]	29,830***	[1,693]	-33,043***	[0,869]
	<i>2004</i>	-27,415***	[1,688]	-33,514***	[1,453]	-0,342	[1,269]	10,169***	[1,802]	-32,058***	[0,986]
	<i>2005</i>	-58,903***	[1,704]	-39,986***	[1,467]	-13,244***	[1,109]	-22,336***	[1,692]	-36,327***	[0,867]
<i>2007</i>	-25,171***	[1,923]	-11,109***	[1,657]	12,631***	[1,247]	-40,926***	[1,895]	-6,465***	[0,965]	
<i>2008</i>	3,548***	[2,343]	46,365***	[2,020]	91,526***	[2,249]	27,964***	[2,677]	65,804***	[1,624]	
<i>Constante</i>		160,005***	[6,294]	165,015***	[5,423]	-114,721***	[5,590]	9,997***	[6,912]	135,506***	[4,224]
<i>Obs.:</i>		58.038		58.038		58.038		58.038		58.038	

Fonte: Dados da pesquisa. *** denota significância a 1%; ** denota significância a 5%; * denota Significância a 10%.

Nas despesas de capital nota-se que seus recursos são pouco dependentes das receitas tributárias e das transferências correntes, dado seu baixo valor, 0,32 e 0,14 respectivamente. De fato, o recurso dessa categoria vem em grande parte das receitas de capital, não analisado nesse estudo.

A receita de capital é oriunda das transferências intergovernamentais, isto é, do governo federal e estadual. Esse fato pode ser visto no sinal positivo da variável que capta o alinhamento entre prefeito e governo, pois indica que tal alinhamento é importante para a obtenção de recursos, sobretudo para investimento público que será analisado mais adiante. De acordo com a figura 2b, verifica-se que nos anos eleitorais houve de fato um aumento nas despesas de capital.

Contrariamente ao encontrado por Ames *et al.* (2005) para os estados brasileiros, as despesas de pessoal não apresentou um comportamento cíclico nos anos eleitorais. Assim como em Sakurai e Gremaud (2006) e Sakurai (2007) essa categoria de despesa parece ser pouco susceptível à influência eleitoral.

O impulso positivo é verificado somente para os anos 1992 e 2008, não caracterizando, nos moldes aqui considerados, um comportamento oportunista por parte dos políticos. Na figura 2c, observa-se um comportamento negativo em praticamente todos os anos. Se nessa categoria não se pode observar diferenças contundentes nos anos eleitorais, nas variáveis políticas as distinções entre partidos são mais evidentes. O PT é o único partido que despense mais recursos nessa categoria, comparado ao PMDB, assim como também encontrado no resultado da seção anterior, o PT através dessa categoria consegue captar mais recursos para o município na forma de tributo justamente por ser o partido que mais gasta em pessoal. Já o PL foi o partido que menos despendeu recursos nessa despesa, não só comparada ao PMDB, mas com todos os outros partidos.

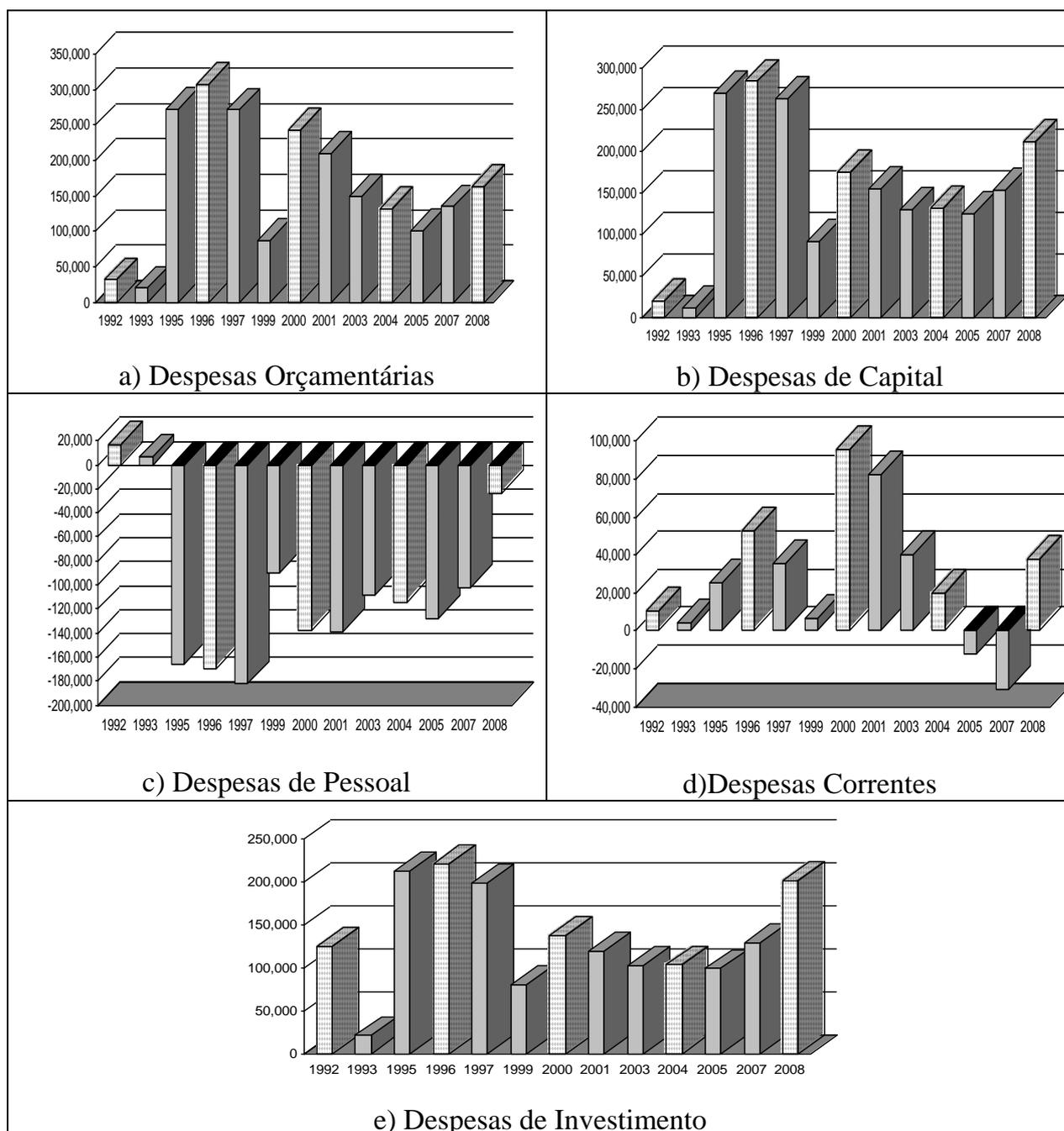


Figure 2 -Estimativas dos coeficientes associados à variável ano, Brasil, 1992-2008.
Fonte: elaborada pelo autor com dados dos coeficientes da Tabela 4

Para as despesas correntes, os únicos partidos significativos foram o DEM e Outros, o primeiro despendendo menos recursos que o PMDB, e o segundo gastando praticamente o mesmo montante que o PMDB devido ao coeficiente ter um valor baixo.

O comportamento cíclico nessa categoria é bastante forte, já que em todos os anos pode-se observar um impulso positivo, salvo 2004, que no ano anterior (2003) foi maior. Na figura 2d são observados tais impulsos. Um fato que explique tal comportamento é que as despesas correntes pode ser um meio de agradar os eleitores, assim como investimentos públicos. Nessa categoria estão gastos como, por exemplo, a locação de mão-de-obra, pagamentos do salário-família, auxílio financeiros a estudantes e pesquisadores, que são despesas visíveis para os eleitores e, por isso, o aumento delas nos anos eleitorais. Apesar das despesas de pessoal ser um componente da despesa corrente, e não ter apresentado ciclos eleitorais, supõe-se que os gastos com pessoal são mais limitados, e é nas despesas correntes que se podem despende recursos oportunamente.

Por fim, temos as despesas com investimento, que pode ser o componente das despesas em que é mais fácil de mostrar ao eleitor a competência do político. Assim como as despesas de capital – em que o investimento é o seu maior componente – ser do mesmo partido que o governador, aumenta as chances de se conseguir recursos para tal despesa, uma vez que grande parte desses recursos é oriunda das receitas de capital (transferências intergovernamentais).

De fato é de interesse também do governo realizar obras públicas, e desse modo o reforço das bases partidárias é muito positivo para o governo estadual. Nesse tipo de parceria, o partido que se sobressai é o DEM, obtendo o maior coeficiente.

Conforme a figura 2e, nas cinco eleições analisadas parece ter ocorrido um comportamento oportunista, contradizendo os resultados obtidos por Sakurai e Gremaud (2006) e Sakurai (2007). Nota-se também que apesar de na tabela 6 os anos de 1992 e 2004 apresentarem sinais negativos, se compararmos com seus anos anteriores e posteriores, observamos que os gastos são ainda menores, nos levando a crer que mesmo pouco sensível houve certo oportunismo.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como principal objetivo verificar a magnitude dos ciclos políticos nos municípios brasileiros e se, de fato, os políticos são oportunistas. Para isso foram utilizados cinco componentes de despesas municipais, bem como os partidos políticos a fim de se verificar quais são e em quais despesas comportam há um comportamento cíclico.

No primeiro modelo em que os anos do período estudado foram classificados em pré-eleitorais, eleitorais, e pós-eleitorais, pelos resultados estatisticamente significativos há indícios de que no ano eleitoral os políticos aumentam as despesas municipais configurando assim um comportamento cíclico nas despesas.

Conforme o esperado, enquanto a Lei de Responsabilidade Fiscal apresentou uma relação negativa com as despesas, a Emenda de Reeleição representou um incentivo para aumentarem os gastos no ano eleitoral.

No segundo modelo, em que foram incluídas variáveis binárias para todos os anos, exceto os segundos anos de mandato, foi possível verificar quais mandatos estiveram mais propensos ao oportunismo dos políticos. Os resultados nesse modelo mostraram que de fato existe um comportamento similar nos anos em que ocorrem as eleições, sobretudo no ano de 2000, pois foi o primeiro ano em que os prefeitos puderam se candidatar à reeleição, o que pode ter influenciado o seu comportamento.

Destaca-se também a influência do alinhamento partidário entre prefeitos e governadores, principalmente nas Despesas de Capital, que compreende também os investimentos, uma vez que quando há essa relação pode existir uma maior facilidade para a captação de recursos para o município.

Outro fator importante a ser considerado é o grande volume de recursos vindo das arrecadações tributárias para as Despesas Correntes e Despesas de Pessoal. Nessas categorias seria muito viável para os prefeitos implementar políticas visíveis aos eleitores, como por exemplo, locação de mão-de-obra e contratações, pois ao mesmo tempo em que, superficialmente, geram empregos, captam recursos através de tributos através de impostos unicamente municipais como o Imposto Sobre serviços (ISS).

Nesse quesito, nas análises dos partidos, verificou-se que o PT é o partido que mais se inclina para tal política e, também, é o que mais impõe tributos aos municípios em que administra.

Esses resultados, nos moldes aqui considerados, indicam que a política no Brasil ainda esta caminhando para um estágio de país politicamente desenvolvido. Existem estudos para países desenvolvidos em que, com o passar dos anos, os ciclos diminuem. Também se pode destacar o grau de transparência política como fator de diminuição do oportunismo de nossos governantes.

Contudo, a fiscalização do governo nos orçamentos dos municípios já indica, através da Lei de Responsabilidade Fiscal, uma diminuição de tal comportamento.

Enfim, cabe aos próprios eleitores essas mudanças, na avaliação do candidato/partido no momento do voto. Estudos nessa área (dos ciclos políticos) visam, principalmente, despertar no eleitor um maior engajamento e a construção de uma cultura política no país que ainda é deficiente. Essa dissertação objetivou, entre outras coisas, colaborar juntamente com os outros trabalhos feito no Brasil – os quais destacam Bittencourt (2002) Sakurai e Gremaud (2006), Nakaguma (2006), Sakurai (2007), entre outros – uma consciência de que a política é um dos principais caminhos em que se podem mudar/desenvolver um país.

8. REFERÊNCIAS

AKHMEDOV, A., RAVICHEV, A. E ZHURAVSKAYA, E.. Opportunistic Political Cycles: Test in Young Democracy Setting , **Mimeo**. 2002.

ALESINA, A. (1987), “Macroeconomic Policy in a Two-Party System as a Repeated Game”, **Quarterly Journal of Economics**, 102, 651-678.

ALESINA, A. (1989), “Politics and Business Cycles in Industrial Democracies”, **Economic Policy**, 8, 55-87.

ALESINA, A. & ROUBINI, N. (1992). Political Cycles in the OECD. **The Review of Economic Studies**, Vol. 59, No. 4., pp. 663-688.1992.

ALESINA, A., ROUBINI, N. & COHEN, G.D. **Political Cycles and the Macroeconomy**. Cambridge: MIT Press. 1997

ALESINA, A. and SACHS, J. (1988), “Political Parties and the Business Cycle in the United States, 1948-1984”, **Journal of Money, Credit and Banking**, 20, 63-82.

AMES, Barry; HIROI, Taeko; RENNO, Lucio. The Political Economy of Personnel Expenitures; Brazilian States, 1965-1994. **Revista de Economia Política**, v. 25, nº1, p. 50-69, 2005.

BALTAGI, B. H.; LI, Q. Testing AR(1) Against MA(1) Disturbances in an Error Components Model. **Journal of Econometrics**, v. 68, p. 133-151, 1995.

BERGER, H., HOLLER, A.. What determines fiscal policy? Evidence from German states. **CESifo Working Paper No. 2062**. 2007.

BONOMO, Marco; TERRA, Cristina. The Political Ecoonomy of Exchange Rate Policy in Brazil: 1964-1997. **Textos para discussão EPGE-FGV nº 341**, Disponível em: < 52TTP://econpapers.repec.org/paper/fgvepgewp/341.htm> Acesso em Junho de 2009.

BORSANI, Hugo. Eleições e Desempenho Macroeconômico na América Latina (1979-1998). **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, v. 44, nº3, p. 481-512. 2001.

BREUSCH, T. S.; PAGAN, A. R. The LM Test and Its Applications to Model Specification in Econometrics. **Review of Economic Studies**. V. 47, p. 239-254, 1980.

CARREIRÃO, Yan de Souza; BARBETTA, Pedro A. A Eleição Presidencial de 2002: a decisão do voto na região da Grande São Paulo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Campinas, v. 19, nº56, p. 75-93. 2004.

CARREIRÃO, Yan de Souza. Identificação ideológica e voto para presidente. **Opinião Pública**, Campinas, v. 8, n. 1, p. 54-79. 2002.

CERDA, Rodrigo; VERGARA, Rodrigo. Business Cycle and Political Election outcomes: Evidence from the Chilean Democracy. **Public Choice**, Springer Usm v. 132, n.1, p. 125-136. 2007.

COSSIO, F. A. B. **Comportamento fiscal dos governos estaduais brasileiros: determinantes políticos e efeitos sobre o bem estar dos seus estados..** Monografia agraciada com menção honrosa no V Prêmio de Monografia. Tópicos Especiais de Finanças Públicas. Brasília: Editora da UnB ,2000.

COSSIO, Fernando A. B. O Comportamento Fiscal dos Estados Brasileiros e seu Determinantes Políticos. **Economia**, v. 2, n. 1, p. 207-258, 2001.

CUKIERMAN, A. & MELTZER, A.H. (1986). A Theory of Ambiguity, Credibility, and Inflation under Discretion and Asymmetric Information. **Econometrica**, Vol. 54, No. 5, pp. 1099-1128.1986.

DOWNS (1957), **An Economic Theory of Democracy**, Harper and Row, New York.

DRAZEN, Allan; ESLAVA, Marcela. The Political Business Cycle in Colombia on the ational and Regional Level. **Archivos de Economía**, Doc 215. Colombia. 2003.

ELKINS, Zachary. Quem iria votar? Conhecendo as conseqüências do voto obrigatório no Brasil. **Opinião Pública**, Campinas, v. 6, n. 1, 2000, 53T. 109-136. 2000.

EMENDA DE REELEIÇÃO. **Emenda constitucional nº 16, de 4 de junho de 1997.** Disponível em <[53TTP://www.amperj.org.br/store/legislacao/constituicao/ec16.pdf](http://www.amperj.org.br/store/legislacao/constituicao/ec16.pdf)> Acesso em julho de 2009.

FERREIRA, I. F. S.; BUGARIN, M. S. Ciclo Político-Orçamentário no Federalismo Fiscal Brasileiro: O Papel das Transferências Voluntárias no Resultado das eleições municipais. **XXVI Encontro da Sociedade Brasileira de Econometria**, João Pessoa (PB), 2004.

FIALHO, Tânia M. M. Testando a Evidência de Ciclos Políticos no Brasil. **Revista Brasileira de Economia**. V. 51, n. 3, p. 379-389, 1997.

GALLI, E. & ROSSI, S.P.S. (2002). Political Business Cycles: The Case of the Western German Länder. **Public Choice**, Vol. 110, No. 3, pp. 283-303. 2000.

GONZALEZ, M., Political **Budget Cycles and Democracy: A Multi-Country Analysis**, working paper, Department of Economics, Princeton University. 2001.

GREENE, W. H. *Econometrics analysis*. New Jersey: Prentice Hal, 2000.

HAUSMAN, J. A. Especification tests in Econometrics. **Econometrica**, n. 46, p. 1251-1272, 1978.

HIBBS, D. (1977), “Political Parties and Macroeconomic Policy”, **The American Political Science Review**, 7, 1467-1487.

KERBAUY, Maria Teresa Miceli. Opinião pública, eleições e democracia. In: **Primer Congreso Latinoamericano de opinión pública**, Colonia Del Sacramento, Uruguay. 12 – 14 de abril de 2007.

LEI DA RESPONSABILIDADE FISCAL. **Lei Complementar nº 101**. 4 de maio de 2000.

LIBANIO, Rita de Cássia; MENEZES-FILHO, Naércio A. Indicadores Sociais e Desempenho nas Eleições Estaduais. **Encontro Nacional de Economia – ANPEC**. 9 a 12 de dez de 2003.

LINDBECK, A. Stabilization Policies in Open Economies with Endogenous Politicians. **American Economic Review**, v. 66, n. 2, p. 1-19, 1976.

MacRae, D. , “A Political Model of the Business Cycle,” **Journal of Political Economy**, April, pp. 239—264.1977.

McCALLUM, B. (1978), “The Political Business Cycle: An Empirical Test”, **Southern Economic Journal**, 44, 504-515.

MENEGUIN, Fernando B.; BUGARIN, Mauricio Soares. O que leva um governante à reeleição. **Série Textos para Discussão**, Brasília, Texto n 305, Novembro. 2003.

MENEZES, R. T. **Impactos da Lei de Responsabilidade Fiscal Sobre os Componentes de Despesa dos Municípios Brasileiros**. Monografia agraciada com o primeiro lugar no X Prêmio de Monografia do Tesouro Nacional, Tema: Lei da Responsabilidade Fiscal, 2005.

METZLER, L. Factors Governing the length of Inventory Cycles. **The Review of Economics and Statistics**, v. 29, n. 1, p. 1-15. 1947

MORA, M. Federalismo e Dívida Estadual no Brasil. IPEA, **Texto para discussão** nº 866, 2002.

MUNDLAK, Y. On The Pooling of Time Series and Cross Section Data. **Econometrica**, v. 46, p. 69-85, 1978.

NAKAGUMA, M. Y. **Ciclos políticos e resultados eleitorais**: um estudo sobre o comportamento do eleitor brasileiro. 2006. 78 f. Dissertação (Mestrado em Teoria Econômica) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <55HTTP://www.teses.usp.br>.

NAKAGUMA, Marcos Y.; BENDER Siegfried. A emenda da reeleição e a Lei de Responsabilidade Fiscal: impactos sobre ciclos políticos e performance fiscal dos Estados (1986-2002). **Economia Aplicada**, São Paulo, v. 10, n. 3, p. 377-397, JULHO-SETEMBRO, 2006.

NORDHAUS, W. (1975), “The Political Business Cycle”, **Review of Economic Studies**, 42, 169-190.

NORDHAUS, W. (1989), “Alternative Models to Political Business Cycles”, **Brookings Papers on Economic Activity**, No. 2.1989.

NUNES, S. P.; NUNES, R. C. Dois anos da Lei de Responsabilidade Fiscal: Uma Avaliação dos Resultados à luz do modelo do Fundo Comum. **Working Paper** nº 276, UnB. 2003.

OGURA, Laudo Massaharu. **Ciclos Eleitorais na Economia Brasileira: 1980-1998**. Disponível em< 55TTP://www.unb.br/ih/eco/ecosum.htm> acesso em setembro, 2008.

PETTERSON – LIDBOM, Per. **A test of the rational electoral-cycle hypothesis**. 2001. Disponível em:< 55TTP://www.courses.fas.harvard.edu/~gov3007/Electoralcycle.doc>. abril, 2009.

PERSSON, T. & TABELLINI, G. **Macroeconomic Policy, Credibility and Politics**. London: Harwood Economic Publishers. 1990.

RENNÓ, Lucio. Os militantes são mais informados? Desigualdade e informação política nas eleições de 2002. **Opinião Pública**, Campinas, v. 12, n. 2, p. 329-347, Novembro. 2006.

ROCHA, F.; GIUBERTI, A. C. **Consenso Político com Relação à Necessidade de Disciplina Fiscal dos Estados: Um Estudo da Lei de Responsabilidade Fiscal**. Monografia agraciada com o 2º lugar no IX Prêmio de Monografia do Tesouro Nacional; Tema: Lei de Responsabilidade Fiscal, 2004.

ROGOFF, Kenneth. Equilibrium political budget cycles. **The American Economic Review**, n. 80, p. 21-36, 1990.

ROGOFF, Kenneth; SIBERT, Anne. Elections and macroeconomic policy cycles. **Review of Economic Studies**, n. 55, p. 1-16, 1988.

SAKURAI, Sérgio Naruhiko ; GREMAUD, A. P. . Political Business Cycles: evidências para os municípios Paulistas (1989 – 2001). **Revista de Economia Aplicada**, v. 11, p. 27-54, 2007.

SAKURAI, Sérgio Naruhiko. **Ciclos eleitorais, reeleição e déficit fiscal nos municípios brasileiros: uma análise via dados em painel**. Tese de doutorado. FEA-USP. 2007. Disponível em:< 56TTP://www.teses.usp.br/teses>. Acesso em junho, 2009

SAKURAI, Sérgio Naruhiko. Testando a Hipótese de Ciclos leitorais Racionais nas Eleições os Municípios Paulistas. **Estudos Econômicos** .V. 35, N. 2, P. 297-315, ABRIL-JUNHO, São Paulo.2005.

SCHENEIDER, J. Cristina. Fighting with one hand tied behind the back: political budget cycles in the West German states. **Public Choice**. Springer US, v. 142, n. 1, p. 125-150. 2010.

SCHUMACHER, Florian I., DIAS, Joilson; DIAS, M. H. A. Ciclos Políticos-Economicos e o Comportamento Fiscal dos Estados Brasileiros Entre 1991-2006. Anais do **VII ANPEC-SUL**, Maringá-PR, 2009

SEITZ, H. Fiscal policy, deficits, and politics of subnational government. The case of the German Länder. **Public Choice**, v. 102, p. 183–218. 2000.

SINGER, André. **Identificação Ideológica e Voto no Brasil: O Caso das Eleições Presidenciais de 1989 a 1994**. São Paulo: USP, 1998.

TEIXEIRA, M. F. F. **Composição dos Gastos dos Estados Brasileiros, 1983-99**. Brasília: ESAF, 2002. 88 p. Monografia premiada em 2º lugar no VII Prêmio Tesouro Nacional – 2002, Tópicos Especiais de Finanças Públicas

TUFTE, E. R. Determinants of the Outcomes of Midterm Congressional Elections. **American Political Science Review**, v. 69, n. 3, p. 812-826, 1975.

VEIGA, Linda G.; VEIGA, Francisco José. Political Business Cycles at the Municipal level. **Public Choice**, Springer US, v. 131, n.1, p. 45-64. 2007.

WOOLDRIDGE, J. M. **Econometric analysis of cross section and panel data**. Cambridge: The MIT Press, 2002.

.APÊNDICE 1

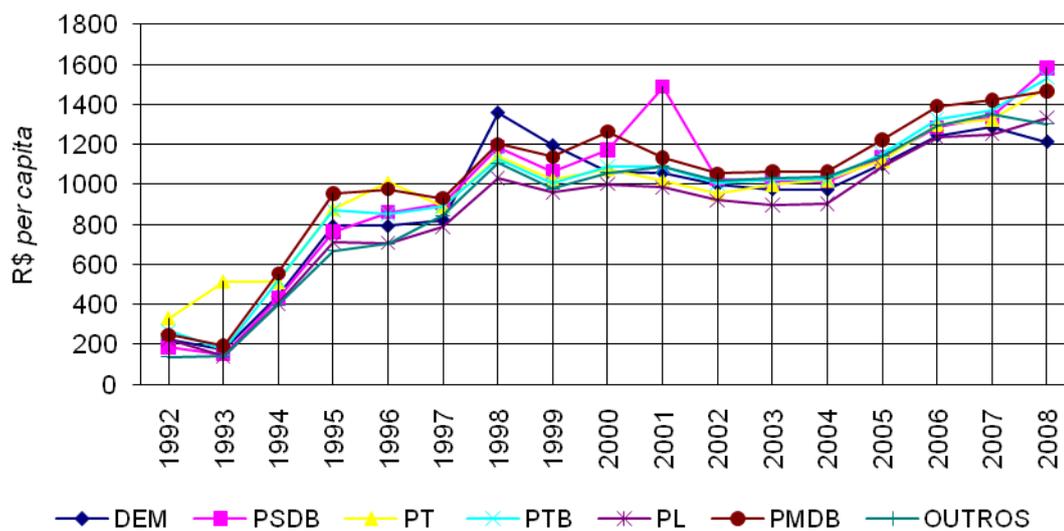


Gráfico 1 - Média das Despesas Orçamentárias por partido 1992-2008

Fonte: FINBRA- Finanças do Brasil, elaborado pelo autor.

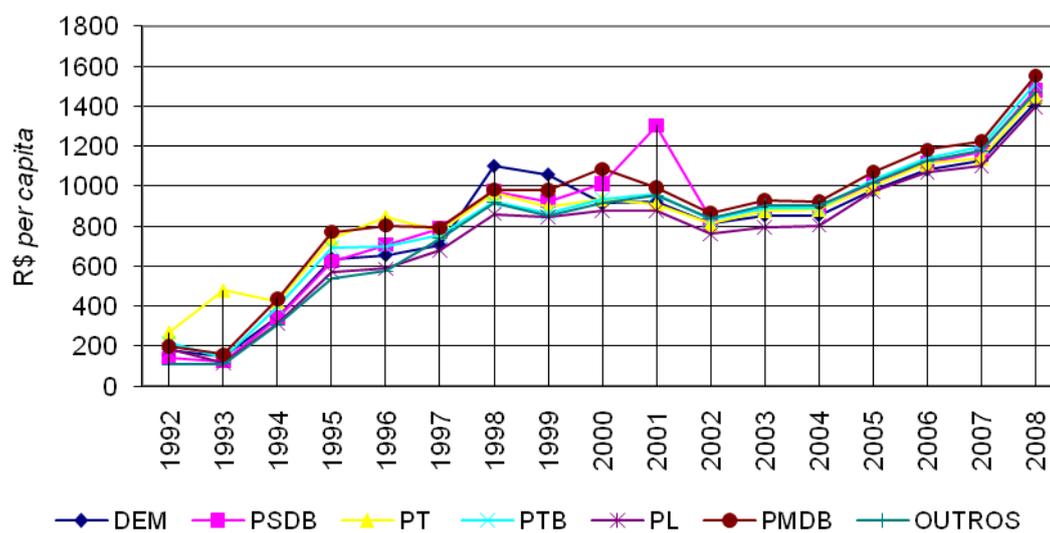


Gráfico 2 - Média das Despesas Correntes por Partido 1992-2008

Fonte: FINBRA- Finanças do Brasil, elaborado pelo autor.

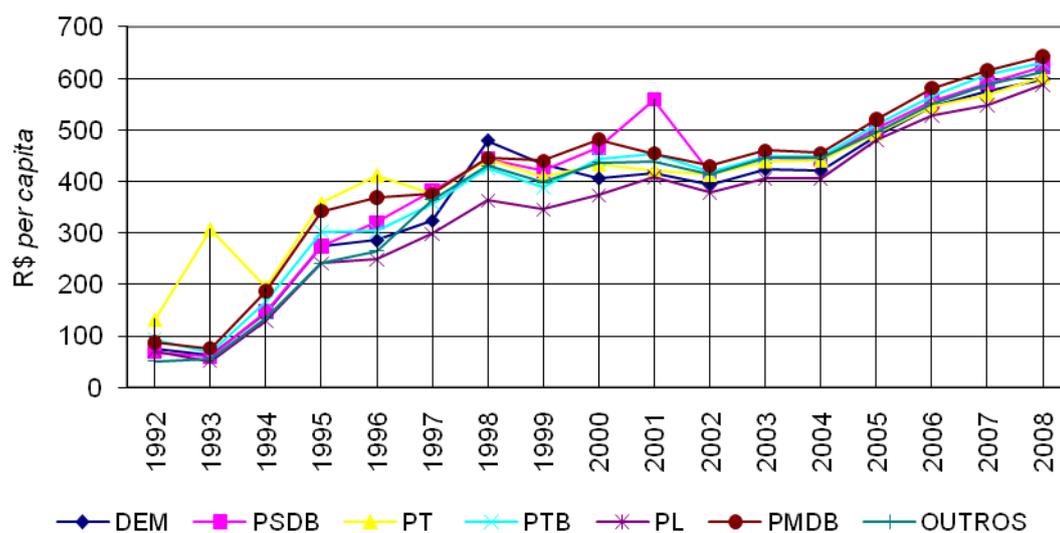


Gráfico 3– Média das Despesas de Pessoal por Partido 1992-2008

Fonte: FINBRA- Finanças do Brasil, elaborado pelo autor.

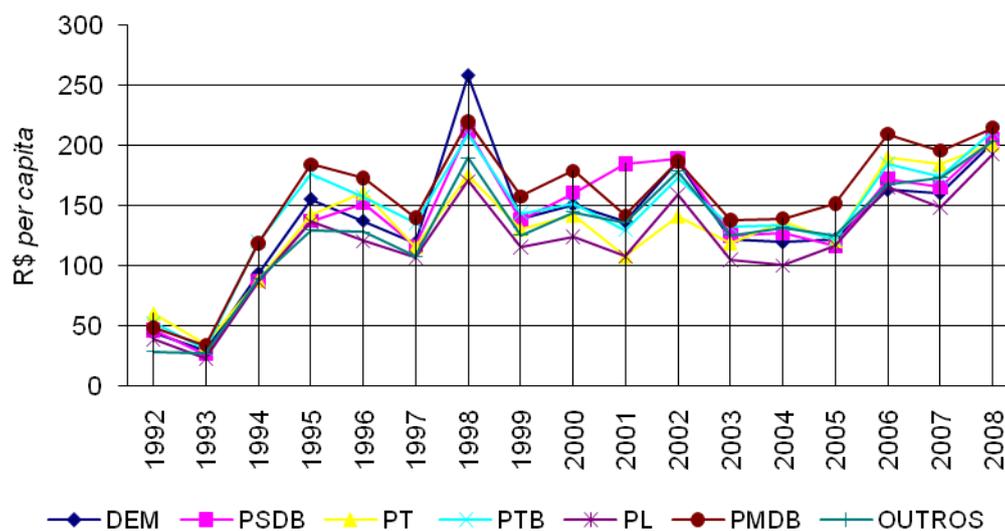


Gráfico 4 – Média das Despesas de Capital por Partido 1992-2008

Fonte: FINBRA- Finanças do Brasil, elaborado pelo autor

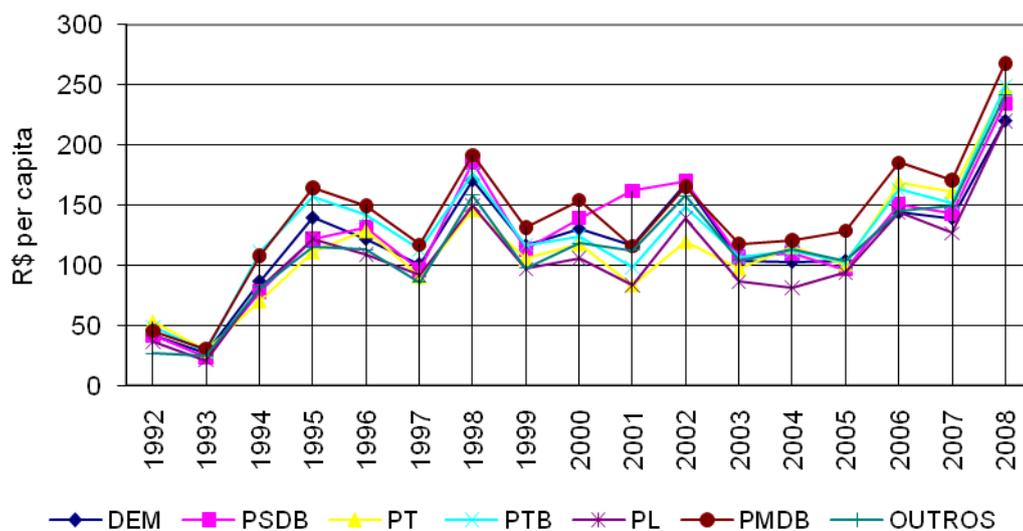


Gráfico 5 – Média das Despesas de Investimento por Partido 1992-2008
Fonte: FINBRA- Finanças do Brasil, elaborado pelo autor

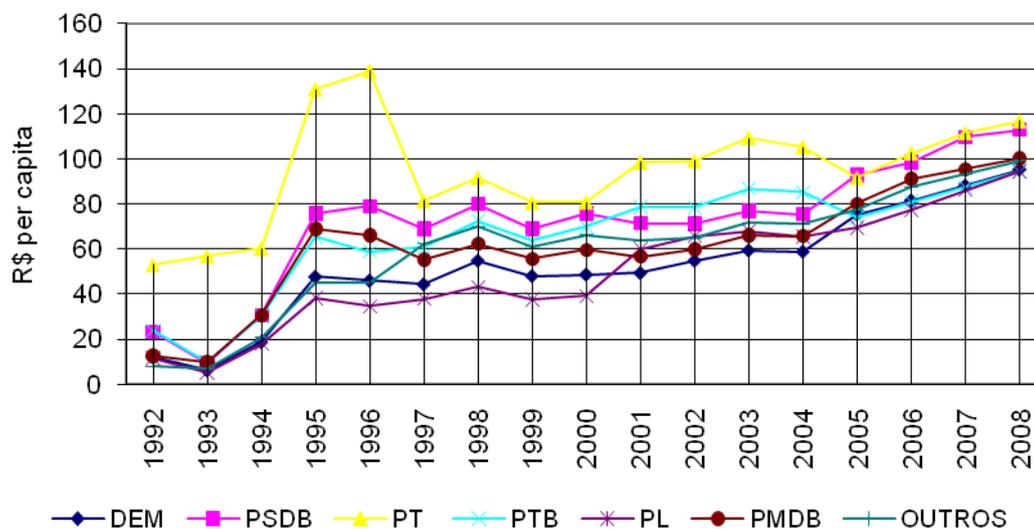


Gráfico 6 – Média das Receitas Tributárias por Partido 1992-2008
Fonte: FINBRA- Finanças do Brasil, elaborado pelo autor.

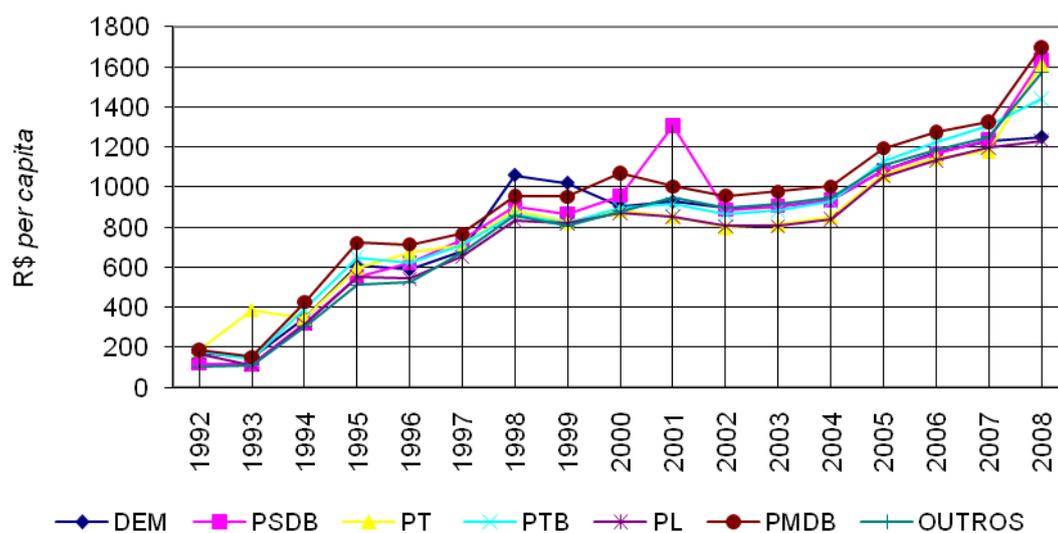
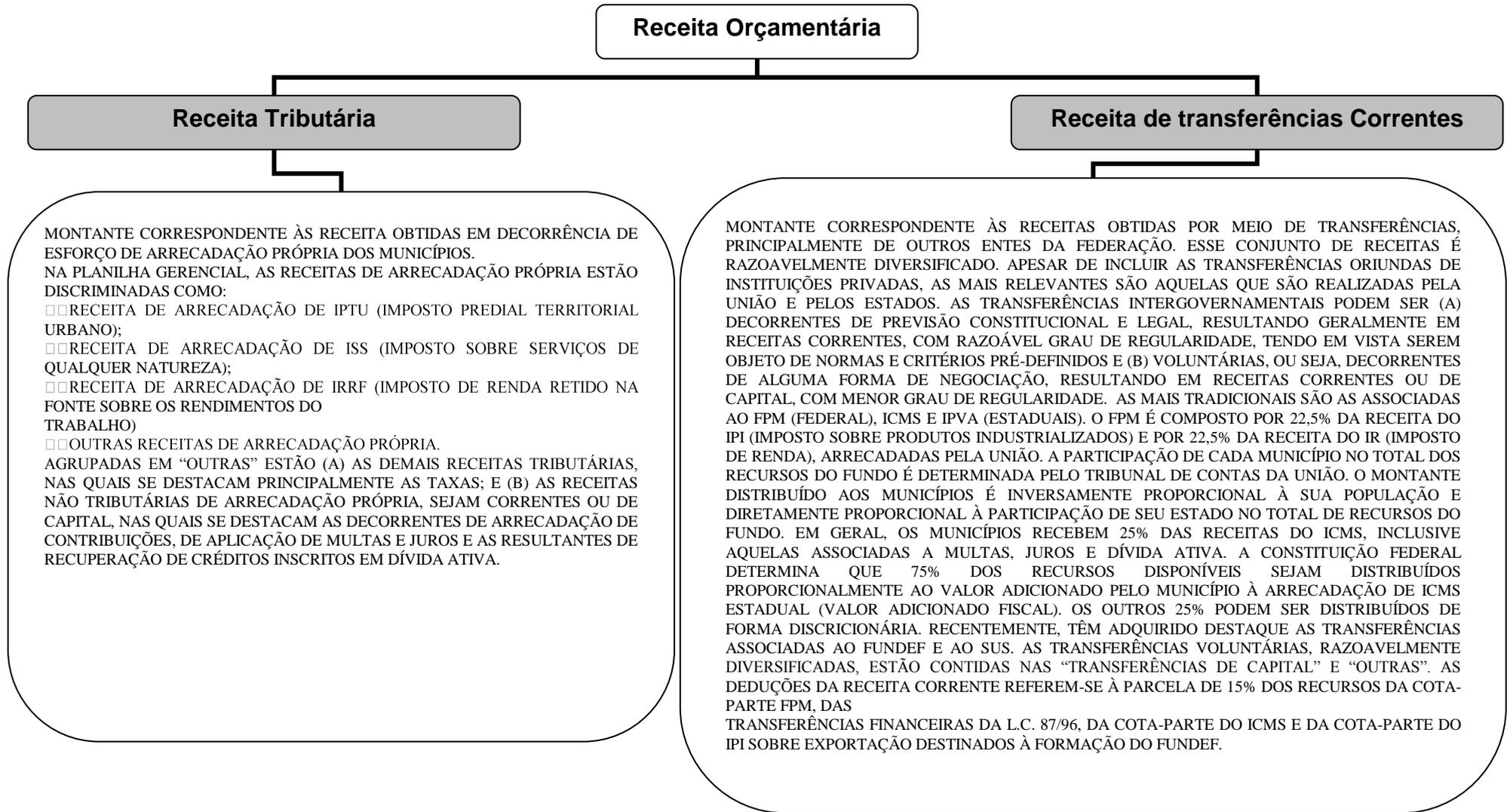


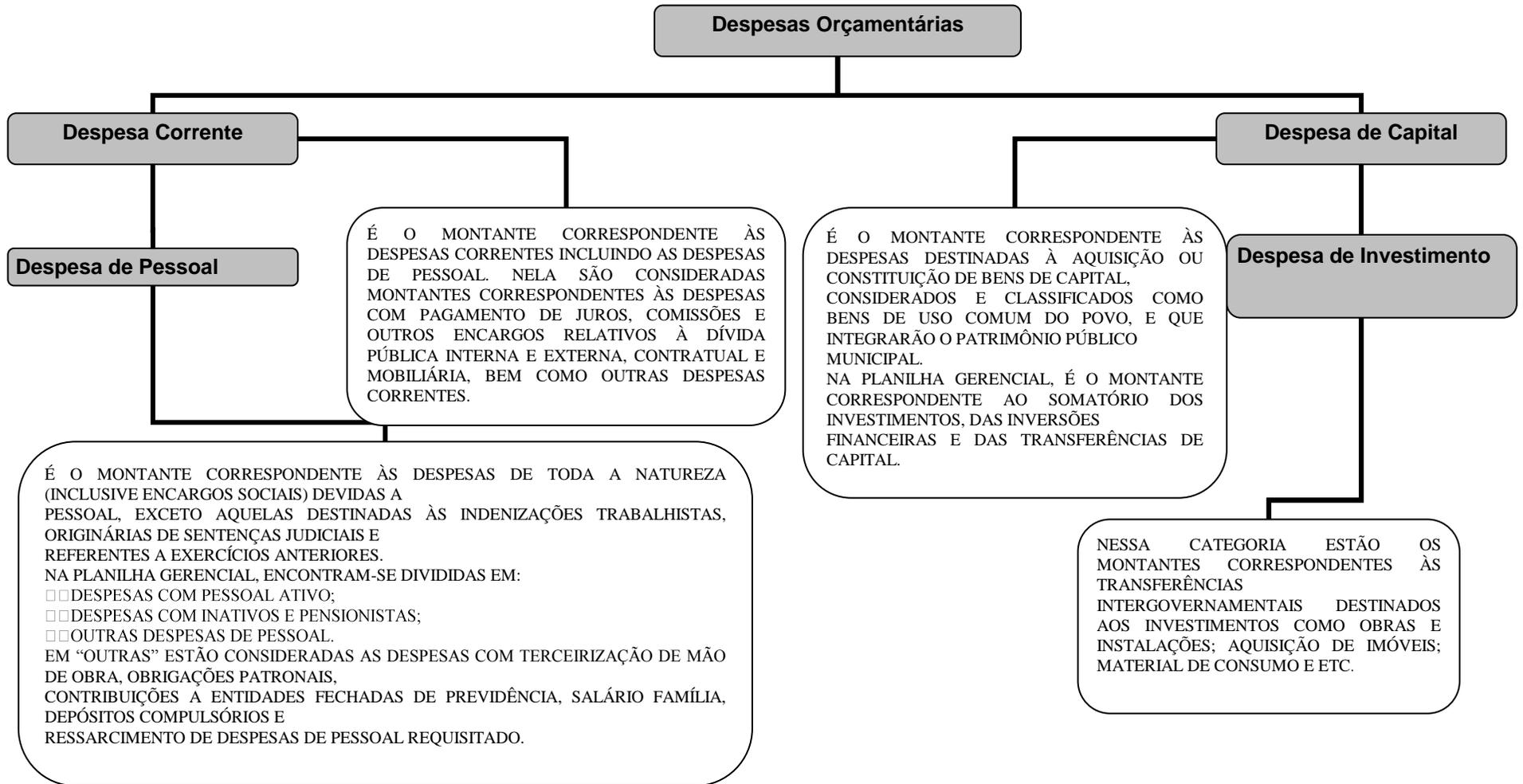
Gráfico 7 – Média das Receitas de Transferências Correntes por Partido
1992-2008

Fonte: FINBRA- Finanças do Brasil, elaborado pelo autor.



Organograma 1 – Receitas Municipais

Fonte: FINBRA – Finanças do Brasil, elaborado pelo autor.



Organograma 2 – Despesas Municipais

Fonte: FINBRA – Finanças do Brasil, elaborado pelo autor.